Jornal do Comércio

2º Caderno

Porto Alegre, terça-feira, 24 de março de 2026 - Nº 211 - Ano 93

PUBLICIDADE LEGAL

IPC-S acelera a 0,46% após 0,26% na prévia anterior

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) acelerou a 0,46% na 3ª quadrissemana de março, após alta de 0,26% na segunda quadrissemana. O índice acumula agora alta de 3,25% nos últimos 12 meses. Nesta leitura, houve avanço em seis dos oito grupos que compõem o IPC-S: Despesas Diversas (1,36 para 1,73%), Alimentação (0,62% para 1,10%), Transportes (0,33% para 0,85%), Vestuário (0,37% para 0,96%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,07% para 0,35%), Comunicação (0,11% para 0,14%) e Educação (-1,35 para -1,27%).

METALÚRGICA HASSMANN S.A.
CNPJ 89.772.065/0001-69 – NIRE 43 3 0001921 7
AVISO AOS ACIONISTAS
A **Metalúrgica Hassmann S.A.** ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que se encontram disponíveis, na sua sede social, situada na cidade de Imigrante-RS, à Av. Ito João Snell, nº 178, Centro - CEP 95.885-000, os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, referidos no artigo 133, da Lei 6.404/76.
Imigrante/RS, 23 de março de 2026
Carlos Hassmann - Presidente

Prefeitura Municipal de Capão Bonito do Sul
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2026
Proc. Licit.27/2026 - Objeto: Registro de Preços - Fornecimento de calcário dolomítico, incluindo entrega e espalhamento nos locais determinados pela Administração Municipal. Propostas de 24/03/2026 às 8h, até 16/04/2026 as 8:59h. Impugnação e pedidos de esclarecimentos: 13/04/2026 às 23:59h. Abertura: 16/04/2026 à 9h, no www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital: https://www.capaobonitodosul.rs.gov.br/publicacaolegal/processo-licitatorio-no-27-2026/ ou www.capaobonitodosul.rs.gov.br. Informações: (54) 3698.4195 ou compras@capaobonitodosul.rs.gov.br
Capão Bonito do Sul, 23 de março de 2026.
Marizete Vargas Pereira Rauta, Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Paraí
PREGÃO ELETRÔNICO N° 0010/2025
Objeto: Contratação de empresa para contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de trabalhadores do município de Paraí, dentro do programa Passe Livre, estabelecido pela Lei Municipal n° 2.467/2007. Tipo: Menor Preço por Item. Local da Sessão: www.pregaoonlinebanrisul.com.br Recebimento das propostas: a partir das 08:30hs do dia 25/03/2026 até às 08:29hs do dia 08/04/2026. Abertura das propostas: a partir das 08:30hs do dia 08/04/2026. Disputa: a partir das 08:31hs (horário de Brasília) do dia 08/04/2026. Edital e anexos disponíveis no site: www.parai.rs.gov.br Informações: fone (54) 3477-1233, licitacoes@parai.rs.gov.br.
Gilberto Zanotto, Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Cristal do Sul
PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2026
O Prefeito Municipal torna público que às **09:00 horas, do dia 07 do mês de abril de 2026**, estará realizando o pregão eletrônico nº 09/2026. Objetivando a **Compra de Equipamentos Agricolas; 01(um) Tanque de Distribuir Adubo Orgânico Liquido, 02(duas) Ensiladeiras/colhedoras de Forragens, 01(uma) Carreta Agricola Basculante metálica, demais descrições conforme Termo de Referência.** Demais informações e cópias do edital poderão ser adquiridas na Secretaria Municipal da administração, nos horários de expediente das 07:30 às 17:00horas, ou pelo fone e WhatsApp: (55) 3616-2215, site:www.cristaldosul.rs.gov.br, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, email:compraselicitacoes@cristaldosul.rs.gov.br
Cristal do Sul – RS, 23 de março de 2026
Alexandre Costa - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026: Informamos que está aberto o credenciamento de empresas interessadas em patrocinar a "VII Gincana Arroio do Meio".
O edital está disponível no site: www.arroiodomeiors.com.br, no menu link Licitações. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Arroio do Meio (RS), pelo e-mail: licitacao@arroiodomeiors.com.br.
Arroio do Meio, 24 de março de 2026. Sidnei Eckert - Prefeito Municipal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
AVISO DE SUSPENSÃO
Pregão Eletrônico nº 03/2026-90003/2026: Contratação de serviço de telefonia móvel pessoal com fornecimento de aparelhos Smartphones e Tablets, em regime de comodato, e de simcard M2M para rastreamento de veículos da frota do Tribunal, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência. Comunicamos a suspensão da licitação supracitada. Nova data será informada oportunamente. Maiores informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações e Contratos, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, em Porto Alegre/RS, telefone (51)3255-2226, das 10 às 18h, ou no sítio **www.trt4.jus.br**.
JOSÉ VALIM BEMFICA FILHO
Coordenador de Licitações e Contratos Substituto

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PORTO ALEGRE, SINDICATO INTERMUNICIPAL DO COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LOUÇAS, TINTAS, FERRAGENS, VIDROS PLANOS, CRISTAIS, ESPELHOS, AGREGADOS DE CONCRETO, SUCATA DE FERRO, FERROS PLANOS, FERROS NÃO PLANOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS, VESTUÁRIO E ARMARINHO DE PORTO ALEGRE, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA A INDÚSTRIA E LAVOURA E DE DROGAS E MEDICAMENTOS DE PORTO ALEGRE, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRAS DE PORTO ALEGRE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
As Entidades Sindicais acima indicadas, por seus Presidentes que no final assinam, no uso das atribuições que lhes conferem os respectivos estatutos sociais, CONVOCAM todas as empresas integrantes da categoria econômica representada pelas entidades firmatárias do edital, na sua respectiva base territorial de representação, através de seus representantes legais, a comparecerem a Assembleia **Geral Ordinária** que será realizada no dia 31 de março de 2026, às 17h45min, em primeira convocação, e não havendo quórum legal às 18 horas, em segunda convocação, com qualquer quórum, na modalidade híbrida, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia;
Em regime ordinário: Destinado apenas aos associados em condições de votar
a) Análise e Votação da Prestação de Contas do Exercício que findou em 31/12/2025.
Em regime extraordinário: Destinado a todos os integrantes da categoria.
a) Autorização e outorga de poderes à Diretoria, através de seu Presidente, para celebrar e/ou ratificar convenções coletivas de trabalho com os sindicatos laborais e federação laboral, representantes da categoria dos empregados no comércio e das categoriais profissionais diferenciadas, durante a vigência do seu mandato (2026-2030), podendo delegar poderes;
b) autorização e outorga de poderes à Diretoria, através de seu Presidente, a realizar a intermediação de acordos coletivos de trabalho, durante a vigência do seu mandato (2026-2030), podendo delegar poderes;
c) deliberação e aprovação sobre o valor da contribuição negocial/assistencial a ser fixada nos instrumentos coletivos de trabalho ou acordos judiciais que a entidade vier a firmar, para custeio das negociações coletivas e manutenção da entidade e serviços, conforme o disposto na letra "e" do art. 513 da CLT, a ser recolhida por todas as empresas integrantes da categoria econômica representada, associada ou não, durante a vigência de todo o mandato (2026/2030).
Os empresários que optarem por participar de forma online da assembleia, deverão realizar o cadastramento prévio, no momento do ingresso na sala de reunião, através do Link https://us02web.zoom.us/meeting/register/6kdvybfCSpaKTWNBkEvSJA ID da reunião: 823 6415 3161, informando o CNPJ da empresa e o nome do representante da empresa que irá participar da assembleia, para ter o acesso liberado na sala virtual na plataforma zoom. Os empresários que optarem por participar de forma presencial deverão se apresentar no horário designado para realização da assembleia na sede dos sindicatos, localizada na Avenida Júlio de Castilhos, 440, 14º andar.
Porto Alegre, 24 de março de 2026.
Luiz Henrique Hartmann – Carlos Cezar Schneider – Leonardo Ely Schreiner – Nelson Lídio Nunes - Roberto Luiz Weber – Levino Luiz Crestani.

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 01/2026
A CEEE EQUATORIAL, empresa privada concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, em observância às normas veiculadas pelo contrato de concessão, e na forma da legislação pertinente, em especial a Lei 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre investimentos em Eficiência Energética (EE).
COMUNICA
Aos seus clientes, aos agentes do setor de energia elétrica e à sociedade em geral, que está realizando Audiência Pública com as seguintes características:
1. Objetivo:
• Apresentar os resultados dos projetos realizados no ano anterior;
• Colher sugestões para a realização de novos projetos de Eficiência Energética;
• Colher subsídios e informações diretamente dos interessados em projetos de Eficiência Energética;
• Propiciar aos consumidores possibilidade de encaminhamento de seus pleitos, opiniões e sugestões;
• Identificar, o máximo possível, todos os aspectos relevantes à matéria objeto da Audiência Pública;
• Dar transparência e publicidade ao Programa de Eficiência Energética.
2. Disponibilização das Informações:
As informações sobre o Programa de Eficiência Energética da CEEE EQUATORIAL estarão à disposição dos interessados para consulta diretamente na *homepage* da CEEE EQUATORIAL (https://ceee.equatorialenergia.com.br/), no link "Audiência Pública PEE". As contribuições poderão ser enviadas através do e-mail eficienciaenergetica@equatorialenergia.com.br ou ainda através do seguinte endereço: Av. Clóvis Paim Grivot 11 (Humaitá), Porto Alegre, RS.
Porto Alegre - RS, 24 de março de 2026.
Riberto José Barbanera
Presidente
equatorial ENERGIA

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
CEASA/RS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S. A.
CNPJ Nº 92.983.147/0001 – 67 NIRE: 43300014223
CONVOCAÇÃO
Convidamos aos Senhores Acionistas, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social da Companhia, na Rua Fernando Ferrari, 1001, nesta Capital, às 10 horas do dia 28 de abril de 2026, a fim de deliberar sobre o seguinte:
a) Prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
b) Proposta de destinação do Resultado do Exercício;
c) Reajuste da remuneração e benefícios para a Administração;
d) Eleição do Conselho Fiscal;
e) Eleição do Conselho de Administração.
Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, mediante apresentação do instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação. Têm a qualidade para comparecer à assembleia os representantes legais dos acionistas.
Porto Alegre, 23 de março de 2026.
PAULO ROBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração
AVISO
Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Da mesma forma, comunicamos que a referida documentação foi publicada no Jornal do Comércio e Diário Oficial, versão impressa e digital nos dias 23,24 e 25 de março de 2026.

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2026, ÀS 10 HORAS
Ficam convocados os senhores acionistas da **IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 24 de abril de 2026, às 10 horas, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:
Em Assembleia Geral Ordinária:
I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025;
II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2025, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2026 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
III) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para o exercício social de 2026;
IV) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2026, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e
V) Caso aprovada a matéria do item "IV" acima, eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia.
Em Assembleia Geral Extraordinária:
I) Alterar o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em razão do cancelamento de ações em tesouraria, aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 24 de setembro de 2025;
II) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de reservas de lucros (reserva de retenção de lucros) no montante de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sem emissão de novas ações;
III) Deliberar sobre a alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir a alteração do seu capital social e do número de ações em que o capital social se divide, caso os itens "I" e "II" acima sejam aprovados; e
IV) Consolidar o estatuto social da Companhia, a fim de refletir as alterações propostas no item "III" acima, se aprovadas.
Informamos, ainda, em atenção ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, que o Conselho Fiscal da Companhia será instalado caso acionistas representando, no mínimo, 2,0% (dois por cento) do capital social requeiram a sua instalação, de acordo com o artigo 4° da Resolução CVM 70.
Instruções Gerais:
Nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, a administração da Companhia informa que AGOE será realizada em formato exclusivamente digital, reafirmando o compromisso da Companhia em facilitar a participação de seus acionistas. A administração esclarece, ainda, que a realização da AGOE de modo exclusivamente digital decorre: (i) da prática adotada pela Companhia nos últimos anos; (ii) do fato de a modalidade exclusivamente digital ser uma forma de reduzir o absenteísmo dos acionistas nas assembleias da Companhia; e (iii) do custo-benefício inerente à realização da AGOE nesta modalidade. Nesse contexto, os acionistas poderão participar por meio da Plataforma Digital ou do envio do Boletim de Voto.
Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGOE: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.
A participação do acionista poderá ser:
(i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores (www.irani.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida estão mencionadas na Proposta da Administração, divulgada em 23 de março de 2026 ("Proposta da Administração"); ou
(ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente, por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.
O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGOE, deverá acessar o endereço eletrônico **https://assembleia.ten.com.br/066140976**. Em referido endereço eletrônico, o acionista poderá (i) cadastrar e submeter o seu Boletim de Voto à Companhia, usando o campo específico da Plataforma Digital, anexando todos os documentos necessários para a submissão do Boletim de Voto diretamente à Companhia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 4 (quatro) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 20 de abril de 2026, e (ii) preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação digital na AGOE descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 22 de abril de 2026.
Nos termos do artigo 27, §7º, da RCVM 81, o envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia deverá ser realizado exclusivamente por meio da Plataforma Digital.
Nos termos do §3º do art. 6º da Resolução CVM 81, os acionistas que não realizarem o procedimento de cadastro e habilitação para participação virtual na AGOE no prazo acima mencionado, contendo todos os documentos necessários, não poderão participar da AGOE.
A Companhia esclarece que dispensará a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o *upload* de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros.
A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.
As demais orientações e informações para a participação virtual na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.irani.com.br/ri). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@irani.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071).
Porto Alegre, 23 de março de 2026.
IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
Péricles Pereira Druck
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUÍPE

AVISO DE LICITAÇÃO - REAGENDAMENTO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2026 **Objeto:** AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO DOLOMITICO PRNT 70% EM BAG DE 01 TONELADA. **Abertura:** 06/04/2026. **Horário:** 09h .Osório Ribeiro Nardes 152, 553336:0000. https: www.catuipe.rs.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

Catuípe/RS, 24 de março de 2026.

JAIR ETORE RIGOTTI, Prefeito Municipal de Catuípe, em exercício.

MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2026

O Prefeito Municipal de Itatiba do Sul, torna público para conhecimento dos interessados, que o edital do processo licitatório, Modalidade Pregão Presencial nº 009/2026, destinado a aquisição de chromebook/notebook foi rerratificado, ficando designado para o dia 07 de abril de 2026, às 14 horas, a solenidade de recebimento e abertura dos envelopes de proposta e documentação. Maiores informações serão prestadas aos interessados, no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Itatiba do Sul, à Av. Antonilo Angelo Tozzo, 845, centro, ou pelo telefone (54) 3083 5040 ou ainda através do e-mail itatibadosul@itatibadosul.rs.gov.br. Itatiba do Sul-RS, 23 de março de 2026. **Valdemar Cibulski -** Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL/RS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026 – Data da Sessão: 10 de abril de 2026: 09:00H. Endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. O Prefeito Municipal de São Domingos do Sul/RS, torna pública a realização de licitação na modalidade de Concorrência Eletrônica nº 002/2026, de critério de julgamento de menor preço global. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DOS ENTORNOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO SUL/RS.** O edital encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de São Domingos do Sul e no site: https://www.saodomingosdosul.rs.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, Rua Eduardo Cerbaro, nº 88, na cidade de São Domingos do Sul - RS, ou pelo fone: (54) 3349-1122. Jonas Tibola. Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE GUABIJU/RS

Concorrência Presencial nº 02/2026. Concessão de Uso de imóvel, com encargos, para desenvolvimento de atividade industrial. Julgamento 16/04/2026, as 8:30hs, Rua José Bonifácio, 816, Centro, Guabiju/RS. Informações e a integra do edital em www.guabiju.rs.gov.br - Nerio R da Silva/Prefeito

Prefeitura Municipal de Cristal do Sul

CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 02/2026

O Município de Cristal do Sul-RS, torna público a abertura do processo licitatório nº 036/2026, na modalidade Concorrência Eletrônica nº 02/2026, com o seguinte **OBJETO: Empreita Global para Construção de Rede Adutora e Rede de Distribuição de Água,** (sistema simplificado de abastecimento de água na área rural do município de Cristal do Sul/RS). CONFORME MEMORIAL, PROJETOS, PLANTAS E DEMAIS DOCUEMNTOS DO PROJETO. **Abertura de Envelopes no dia 07/04/2026 às 14:00 horas.** Maiores informações pelo telefone (55) 3616.2215, e-mail compraselicitacoes@cristaldosul.rs.gov.br, ou no site: www.cristaldosul.atende.net.

Cristal do Sul-RS, 23 de março de 2026.

Alexandre Costa – Prefeito Municipal.

MK Solutions Tecnologia S.A.

CNPJ 30.420.144/0001-68 - NIRE 43.3.0007992-9

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam todos(as) os(as) acionistas da **MK Solutions Tecnologia S.A.**, localizada na Cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Rua Daniel Caspary, nº 85, Higienópolis, CEP 96.825-050 ("Companhia"), na plenitude de seus direitos, convocados(as) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de forma virtual através do link https://us02web.zoom.us/j/82618895749?pwd=5mRIyQwf4BkA0tXK9hSDAIDTlehj2V.1, nos termos do art. 124, § 2º-A da Lei nº 6.404/76, no dia 01 de abril de 2026 às 10h00, com a seguinte ordem do dia: (i) ratificação de adiantamentos de lucros já distribuídos; (ii) distribuição de lucros intermediários da Companhia apurados em 31 de dezembro de 2025; e (iii) outras matérias de interesse da Companhia. Acham-se à disposição dos(as) acionistas, na sede da Companhia, os documentos do artigo 135, §3º da Lei nº 6.404/76. Ainda, informa a administração que, haja vista a mudança da sede da Companhia, as publicações de convocações para Assembleias da Companhia deixarão de ser feitas no Jornal O Dia SP e passarão a ser feitas no Jornal do Comércio (RS), o que será ratificado na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **Mara Gisele Gonçalves Scarpini -** Diretora; **Telcio Elui Cardoso** - Diretor.

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

O Município de SÃO FRANCISCO DE PAULA torna público que está procedendo a **PUBLICAÇÃO DO SEGUINTE PROCESSO LICITATÓRIO: Licitação nº 22/2026, Pregão Eletrônico nº 15/2026 – Data de abertura: 24/04/2026, às 09h30min** – Registro de Preços para aquisição de uniformes, mochilas e estojos escolares para atendimento aos alunos da rede municipal de ensino de São Francisco de Paula/RS. A sessão será realizada através do Portal de Compras Públicas, no link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações disponíveis no site: www.saofranciscodepaula.rs.gov.br. 24 de março de 2026. Thiago Carniel Teixeira, Prefeito.

FERRAGENS VIANNA S/A IMPORTADORA E COMÉRCIO EM GERAL

CNPJ 92.192.236/0001-95 – NIRE 43.300.016.901

Companhia Fechada

Senhores Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Porto Alegre, 20 de março de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1	53
Dividendos a receber	909	1.234
Total do ativo circulante	910	1.287
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Empresas ligadas (nota 5)	344	344
Total realizável a longo prazo	344	344
Investimentos (nota 4.b)	22.133	23.314
Total do ativo não circulante	22.477	23.658
Total do ativo	23.387	24.945

PASSIVO	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		
Dividendos propostos/a pagar	418	785
Total do passivo circulante	418	785
NÃO CIRCULANTE		
Empresas ligadas (nota 5)	3.346	3.312
Total do passivo não circulante	3.346	3.312
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 6.a)	622	622
Reserva de capital	6	6
Reserva de reavaliação reflexa	30	30
Ajuste avaliação patrimonial reflexa (nota 6.b)	(33.272)	(30.558)
Reserva de lucros (nota 6.c)	59.031	57.542
Ações em tesouraria	(6.794)	(6.794)
Total do patrimônio líquido	19.623	20.848
Total do passivo e patrimônio líquido	23.387	24.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reserva de capital			Reserva de lucros				
	Capital social	Ações em tesouraria	Correção monetária do capital	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de Avaliação patrimonial reflexa	Reserva para investimentos e capital de giro	Reserva legal	Reserva reflexa de subvenção para investimentos	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	622	(6.794)	6	30	(28.085)	39.541	124	14.748	-	20.192
Ajuste reflexo controlada e outros	-	-	-	-	(2.473)	-	-	-	882	(1.591)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.996	2.996
Dividendos propostos (R$2.096,14 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(749)	(749)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	3.129	-	-	(3.129)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	622	(6.794)	6	30	(30.558)	42.670	124	14.748	-	20.848
Ajuste reflexo controlada e outros	-	-	-	-	(2.714)	-	-	-	358	(2.356)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.508	1.508
Dividendos propostos (R$ 1.055,13 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(377)	(377)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	225	-	1.264	(1.489)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	622	(6.794)	6	30	(33.272)	42.895	124	16.012	-	19.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL		
Resultado da equivalência patrimonial	1.540	2.980
Receitas operacionais	-	49
Despesas operacionais	(33)	(33)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	1.507	2.996
Resultado financeiro líquido	1	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.508	2.996
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.508	2.996
Lucro por lote de mil ações R$	4.220,51	8.384,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA- MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.508	2.996
Ajuste do Fluxo operacional:		
Equivalência patrimonial	(1.540)	(2.980)
Variação dos ativos	3.046	2.637
Variação dos passivos	(2.317)	(2.226)
Recursos líquidos das atividades operacionais	697	427
Fluxo das atividades de financiamento:		
Pagamentos de dividendos	(749)	(526)
	(749)	(526)
Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa	(52)	(99)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo no inicio do exercício	53	152
Saldo no final do exercício	1	53
	(52)	(99)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferragens Vianna S.A Importadora e Comércio em Geral é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade,

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

b) Ativos circulantes e não circulantes

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c) Investimentos

Investimentos em empresa controlada são avaliados a valor justo. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.

d) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. INVESTIMENTOS RELEVANTES

O Investimento relevante está representando a participação societária na controlada Peroli S/A Participações e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras apuradas em 31 de dezembro de 2025.

a) Informação sobre controlada:

Peroli S/A Participações	Participação direta (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro
Em 2024	20,325	101.834	102.678	14.662
Em 2025	20,325	101.834	96.868	7.579

b) Movimentação do Investimento:

	Peroli S.A.	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.084	1.807	22.891
Reserva reflexa e outros	(1.849)	-	(1.849)
Equivalência patrimonial de resultado	2.980	-	2.980
Dividendos a receber	(708)	-	(708)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.507	1.807	23.314
Reserva reflexa e outros	(2.355)	-	(2.355)
Equivalência patrimonial de resultado	1.540	-	1.540
Dividendos a receber	(366)	-	(366)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20.326	1.807	22.133

5. PARTES RELACIONADAS

Os valores no ativo não circulante e passivo não circulante referem-se a saldos com empresas ligadas.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no valor de R$ 622, subscrito e integralizado, é composto por 460.360 ações ordinárias, sendo 357.292 em circulação e 103.068 em tesouraria, todas sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a ajuste de avaliação patrimonial do investimento e de bens de controladas, líquidos dos tributos e realizações.

c) Reserva de lucros

- Reserva legal – É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo desta conta atingiu o limite estatutário.
- Reserva para investimentos e capital de giro – Constituída conforme o estatuto social da Companhia, depois de assegurada a distribuição dos dividendos obrigatórios, 25% do lucro ajustado conforme lei 6.404/76.
- Reserva reflexa de Subvenção para investimentos – Refere-se a incentivos governamentais caracterizados como subvenção para investimentos na Controlada Josapar- Joaquim Oliveira S/A Participações, registrada de forma reflexa.

d) Dividendos

Os dividendos são calculados conforme prevê o Estatuto Social, demonstrados como segue.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	1.508	2.996
Base de cálculo dos dividendos	1.508	2.996
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	377	749
Dividendos propostos	377	749

DIRETORIA

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

CARDOSO MARQUES S.A. - COMÉRCIO DE DERIVATIVOS DE PETRÓLEO
CNPJ/MF: N° 96.300.280/0001-22 - NIRE: 43300014070

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Cardoso Marques S.A. Comércio de Derivativos de Petróleo para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 30 de março de 2026, às 14:30 horas em primeira convocação, e às 15:00 horas em segunda convocação, na sede social localizada na Rua Francisco José Lopes, nº 486, Bairro Pitangueiras, Santo Antônio da Patrulha/RS, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Extinção das filiais da Companhia situadas em: (i) Santo Antônio da Patrulha/RS (CNPJ 96.300.280/0003-94); (ii) Passo Fundo/RS (CNPJ 96.300.280/0005-56); (iii) Torres/RS (CNPJ 96.300.280/0002-03); e (iv) Osório/RS (CNPJ 96.300.280/0006-37); 2. Eleição, remuneração e posse da diretoria para o triênio 2026 a 2028; 3. Rerratificação do item "b" da Ordem do Dia da "Ata de Reunião de Diretoria n. 20", de 23/07/1974 (Arquivada sob nº 404327 em 08/04/1975); 4. Assuntos gerais.

Santo Antônio da Patrulha/RS, 20 de março de 2026.
Paulo Henrique Oliveira Marques – Diretor Presidente.

SLC AGRÍCOLA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SLC Agrícola S.A. vem pelo presente convocar os senhores acionistas da Companhia para se **reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 11h00min** ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, assim como o Parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria Estatutário. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e ratificar distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração. 3. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Rerratificar a ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2025, para ajustar os valores das reservas para as quais parte do lucro de 2024 foi destinado. Informações Gerais: Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia **26 de abril de 2026 (inclusive)**, mediante acesso ao link: https://assembleia.ten.com.br/556402648. Ao acessar o link acima, o acionista será convidado a realizar um cadastro com login e senha único. A seguir, deverá anexar a documentação necessária adiante descrita, e participar e votar na assembleia através do preenchimento do Boletim de Voto à Distância ou participação e votação ao vivo na data da assembleia. Mais detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.slcagricola.com.br/) e da CVM (http://sistemas.cvm.gov.br/). A Companhia solicita que os acionistas cadastrem na Plataforma os seguintes documentos: Documentação necessária para habilitação de acionistas e representantes: 1. Acionista Pessoa Física: Documento de identidade com foto; * 2. Representante: Documento de identidade com foto do representante; 2.A. Outorgante Pessoa Física: Documento de identidade com foto. * Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso. ** 2.B. Outorgante Pessoa Jurídica: Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado; Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso; ** Regulamento do fundo (para fundos de investimento). Ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia (para fundos de investimento). * Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; ** Os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do código penal de Falsidade Ideológica. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações dom Investidores através do e-mail ri@slcagricola.com.br com cópia para juridico@slcagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o Acionista que optar por exercer direito de voto à distância por meio do Boletim de Voto à Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) À COMPANHIA: o acionista deverá se cadastrar no link https://assembleia.ten.com.br/556402648 indicando a opção de participação "via Boletim de Voto à Distância", acompanhado da documentação necessária, preencher os campos de opções de voto na guia "ASSEMBLEIA" e confirmar seu voto. Dessa forma, o acionista é considerado presente e seus votos válidos, sem precisar comparecer na data e horário marcado para a assembleia. De acordo com o art. 27 da Resolução CVM 81, a Companhia estabelece que o sistema eletrônico será o único meio de envio de Boletim de Voto à Distância (BVD) diretamente à Companhia, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM que é o escriturador da Companhia. Os acionistas que possuem posição no escritural e cadastro atualizado receberão um e-mail para votarem através de um link disponibilizado pelo Escriturador. Os acionistas que não receberem este e-mail podem solicitar as informações para voto pelo e-mail escrituracao.acao@btgpactual.com. (4) AO DEPOSITÁRIO CENTRAL: Os acionistas podem encaminhar seus votos diretamente ao depositário central, observadas as regras por ele determinadas para a emissão das instruções de voto via Boletim. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto à Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 4 (quatro) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 24 de abril de 2026. Para fins do art. 4, da RCVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 81 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e http://ri.slcagricola.com.br/). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta da Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.slcagricola.com.br/) e da CVM (http://sistemas.cvm.gov.br/). Em consonância com a prática adotada nos últimos anos, a Companhia opta por realizar esta AG em formato exclusivamente digital, de modo a ampliar a participação e a interação entre os Acionistas e a Administração, assegurando esclarecimentos imediatos e simultâneos de dúvidas, independentemente da localização dos participantes, promovendo, assim, maior transparência e eficiência na condução dos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.
Eduardo Silva Logemann
Presidente do Conselho de Administração

REAL EMPREENDIMENTOS

Real Empreendimentos S.A.

CNPJ 92.213.552/0001-04 - NIRE 43.300.011.429

COMPANHIA FECHADA

EMPRESA CONTROLADA POR: Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Senhores Acionistas:

A administração de Real Empreendimentos S.A, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Porto Alegre 20 de março de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	115.027	104.258
Clientes (nota 5)	13.475	16.326
Outros créditos	4.499	6.527
Estoques (nota 6)	140.091	29.541
Total do ativo circulante	273.092	156.652
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Clientes (nota 5)	14.586	14.626
Depósitos judiciais (nota 12)	4.539	4.806
Partes relacionadas (nota 9)	11.495	13.162
Total do realizável a longo prazo	30.620	32.594
Investimentos (nota 7)	245.355	351.734
Imobilizado (nota 8)	2.661	2.643
Intangível (nota 8)	35	35
Total do ativo não circulante	278.671	387.006
Total do ativo	551.763	543.658

PASSIVO	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		
Fornecedores	356	485
Obrigações sociais e tributárias (nota 10)	3.509	4.529
Dividendos a pagar (nota 9/13.c)	18.179	12.405
Outros débitos (nota 11)	16.731	17.027
Total do passivo circulante	38.775	34.446
NÃO CIRCULANTE		
Receita diferida (nota 5)	16.446	19.002
Partes relacionadas (nota 9)	4.858	4.817
Obrigações tributárias (nota 10)	469	560
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 13.d)	7.326	7.364
Provisão para contingências (nota 12)	56.741	46.631
Total do passivo não circulante	85.840	78.374
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 13.a)	49.500	49.500
Ações em tesouraria	(102)	(102)
Correção monetária do capital	186	186
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 13.d)	231.713	233.702
Reserva de lucros	145.851	147.552
Total do patrimônio líquido	427.148	430.838
Total do passivo e do patrimônio líquido	551.763	543.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (nota 15)	50.523	61.888
Deduções da receita bruta	(2.274)	(2.688)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	48.249	59.200
Custo dos serviços prestados	(1.468)	(1.634)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	46.781	57.566
Despesas com vendas		
Despesas gerais e administrativas (nota 16)	(45.370)	(48.425)
Resultado de equivalência patrimonial	5.836	3.357
Outras receitas operacionais	497	277
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.744	12.775
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	(892)	(568)
Receitas financeiras	16.985	10.624
	16.093	10.056
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23.837	22.831
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 14)	(10.628)	(9.305)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.209	13.526
Lucro por lote de mil ações do capital social - R$	38,92	39,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23.837	22.831
Depreciações e amortizações	559	521
Provisão para contingências	16.802	23.087
Equivalência patrimonial	(5.836)	(3.357)
	35.362	43.082
Variação dos ativos:		
(Aumento) redução de Clientes	2.890	(22.939)
(Aumento) redução de Estoques	(110.551)	(2.406)
(Aumento) redução de Partes relacionadas	1.667	(9.797)
(Aumento) redução de Outras contas	2.295	(143)
	(103.699)	(35.285)
Variação dos passivos:		
Aumento (redução) de Fornecedores	(129)	31
Aumento (redução) de Obrigações sociais e tributárias	(1.020)	75
Aumento (redução) de Partes relacionadas	40	979
Aumento (redução) de Outras contas	(9.607)	13.576
Imposto de renda e contribuição social pagos/provisionados	(10.628)	(9.305)
	(21.344)	5.356
Recursos líquidos das atividades operacionais	(89.681)	13.153
Fluxo das atividades de investimento:		
Propriedades para investimento	112.215	4.228
Adições e baixas de imobilizado	(577)	(356)
Recursos líquidos das atividades de investimento	111.638	3.872
Fluxo das atividades de financiamento:		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(11.188)	(16.696)
Ações em tesouraria	-	20.107
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	(11.188)	3.411
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	10.769	20.436
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo no início do exercício	104.258	83.822
Saldo no final do exercício	115.027	104.258
	10.769	20.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

				Ajuste de avaliação patrimonial		Reserva de Lucros			
	Capital social	Ações em tesouraria	Correção monetária do capital	Própria	Controlada	Reserva para investimento e capital de giro	Reserva legal	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	49.500	(20.209)	186	233.251	2.497	138.502	9.900	-	413.627
Ações em tesouraria	-	20.107	-	-	-	570	-	-	20.677
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.574)	(537)	2.111	-	-	-
Ajustes em reservas	-	-	-	48	17	-	-	-	65
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	13.526	13.526
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(13.000)	-	(4.057)	(17.057)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	9.469	-	(9.469)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	49.500	(102)	186	231.725	1.977	137.652	9.900	-	430.838
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.246)	(806)	2.052	-	-	-
Ajustes em reservas	-	-	-	38	25	-	-	-	63
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	13.209	13.209
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(13.000)	-	(3.962)	(16.962)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	9.247	-	(9.247)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	49.500	(102)	186	230.517	1.196	135.951	9.900	-	427.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	50.310	61.445
Outras receitas operacionais	497	277
	50.807	61.722
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custos dos serviços vendidos	(1.468)	(1.634)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(27.048)	(32.473)
	(28.516)	(34.107)
Valor adicionado bruto:	22.291	27.615
Depreciação e amortização	(559)	(521)
Valor adicionado líquido recebido pela companhia	21.732	27.094
Valor adicionado recebido em transferência:		
Resultado de equivalência patrimonial	5.836	3.357
Receitas financeiras	16.985	10.624
	22.821	13.981
Valor adicionado total a distribuir	44.553	41.075
Distribuição do valor adicionado total:		
Pessoal e encargos	14.191	12.595
Impostos e contribuições	15.221	13.494
Juros e aluguéis	1.932	1.460
Reservas de Lucros	9.247	9.469
Dividendos propostos	3.962	4.057
	44.553	41.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A REAL EMPREENDIMENTOS S.A. é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre e suas atividades principais consistem na administração de imóveis próprios e de terceiros, a locação, a incorporação e a compra e venda de imóveis e participações em outras sociedades.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Conforme previsto na RESOLUÇÃO CFC n.º 1.426/13, a companhia optou em incluir e publicar suas demonstrações financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas de sua controladora JOSAPAR - Joaquim Oliveira S/A Participações. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da companhia, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 20 de março de 2026. A Companhia não está apresentando a demonstração de resultado abrangente, em virtude de não haver valores a serem apresentados nesta demonstração.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Clientes

O saldo de clientes corresponde aos valores a receber decorrentes da administração de imóveis próprios e de terceiros.

O saldo divulgado está líquido das provisões para perdas. A provisão para devedores duvidosos é com base nas perdas estimadas e inclui dentre outros, os saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.

c) Estoques

Estão representados por imóveis a venda, avaliados ao custo de aquisição e ajustados ao valor justo com base em laudo de avaliação emitido por avaliador independente.

d) Propriedades para investimento

Os bens mantidos para obtenção de renda estão representados por imóveis e mensurados pelo método do valor justo e suas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício, quando ocorrerem.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda, quando aplicável. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM n° 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

f) Imobilizado e intangíveis

Reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e construção, líquidos das depreciações e amortizações, calculadas em função do correspondente benefício econômico.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes

Estão calculados com base no lucro presumido com presunção de 32% sobre aluguéis da Cia, sendo Imposto de renda à alíquota de 15%, 10% de adicional e contribuição social de 9%.

h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i) Demais passivos circulantes e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

j) Ativos e passivos financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e renda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos, assim como contas a pagar e outras obrigações. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

k) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

l) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A administração da companhia revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando-se o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado.

m) Utilização estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas requer que a administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas, poderão ser diferentes de tais estimativas.

4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	237	213
Banco c/ movimento	148	124
Aplicações financeiras	114.642	103.921
	115.027	104.258

5.CLIENTES

	31.12.2025	31.12.2024
Aluguéis a receber	15.011	18.586
Venda de imóveis	4.055	4.376
Distribuição antecipada	396	351
Outros créditos	1.786	786
(-)Perdas Cred. Liquid. Duvidosa	(7.773)	(7.773)
	13.475	16.326

Os valores a receber decorrentes da operação estão registrados no Ativo Circulante pelo valor histórico. Os acréscimos de atualização monetária, juros e multas são reconhecidos contabilmente como receita por ocasião do seu recebimento. Os valores estão ajustados por conta de créditos de liquidação duvidosa.

Os registros no Ativo Não Circulante, no montante de R$ 14.586 (R$ 14.626 em 2024), referem-se a contas a receber de longo prazo. Adicionalmente, parte da receita proveniente da venda dos loteamentos foi reconhecida como receita diferida no Passivo Não Circulante, permanecendo registrada até o cumprimento das respectivas obrigações de performance.

6.ESTOQUES

	31.12.2025	31.12.2024
Terrenos	9.591	9.591
Loteamentos	15.600	16.274
Imóveis	114.900	3.676
	140.091	29.541

7. INVESTIMENTOS:

a) Informações sobre as empresas controladas

	Número de Ações	Participação Capital Social (%)	Patrimônio Líquido	Capital Social	Lucro líquido/prejuízo	Equivalência Patrimonial
Copérnico Participações S/A	300	100	1.760	300	221	221
Shopping João Pessoa S/A	326.914	50	9.475	14.601	(170)	(85)
Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda	12.876	44	77	290	(20)	(9)
Pelotense Adm. de Shopping Centers Ltda	43	43	170	100	71	31
Real Rio Grande Ltda.	1.305	100	35.217	261	5.679	5.678

b) Movimento dos Investimentos

	Controladas						Demais investimentos		
	Copérnico Part. S/A	Shopping João Pessoa S/A	Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda	Pelotense Adm. de Shopping Centers Ltda	Real Rio Grande Ltda	Total	Outros	Propriedades para investimento	Total
Em 31.12.2024	1.760	5.814	43	43	29.504	37.164	2.762	311.808	351.734
Dividendos creditados	(221)	-	-	-	-	(221)	-	-	(221)
Equivalência P.	221	(85)	(9)	31	5.678	5.836	-	-	5.836
AAP Reflexa	-	-	-	-	25	25	-	-	25
Transferência para estoque	-	-	-	-	-	-	-	(112.019)	(112.019)
Em 31.12.2025	1.760	5.729	34	74	35.207	42.804	2.762	199.789	245.355

A administração da companhia contratou empresa especializada para emissão de laudo de avaliação, emitido por avaliador independente, para apuração de acréscimos e análise da vida útil remanescente dos bens do imobilizado no ativo, pelo método do valor justo de seus estoques, das propriedades para investimento e do imobilizado, em contrapartida do patrimônio líquido na conta de ajuste de avaliação patrimonial e passivo não circulante na conta imposto de renda e contribuição social diferidos.

8. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	Veículos	Máquinas e equipamentos informática	Obras em construção	Móveis, utensílios e instalações	Total
Taxas depreciação aa %	20	10 a 33	-	10	
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	1.204	98	625	881	2.808
Adições	340	4	-	12	356
Depreciação	(386)	(4)	-	(131)	(521)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	1.158	98	625	762	2.643
Adições	1.093	-	-	2	1.095
Baixas	(518)	-	-	-	(518)
Depreciação	(425)	(4)	-	(130)	(559)
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	1.308	94	625	634	2.661

O saldo do intangível no valor de R$35 e (R$35 | 2024), refere-se a marcas e patentes e direitos de uso.

9. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Dividendos a pagar e juros s/capital próprio
Josapar S/A	9.618	2.510	15.794
Copérnico S/A	-	1.977	-
Outras empresas	1.877	371	2.385
Em 31.12.2025	11.495	4.858	18.179
Josapar S/A	10.439	1.991	10.083
Copérnico S/A	-	2.826	-
Outras empresas	2.723	-	2.322
Em 31.12.2024	13.162	4.817	12.405

As operações de mútuo financeiro são registradas pelos seus valores originais acrescidos de rendimentos às taxas contratuais (99,5% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário) até a data do balanço.

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	31.12.2025	31.12.2024
IRRF s/ salários	371	625
INSS s/ salários	306	549
FGTS	95	167
Provisão de férias e encargos	402	315
Obrigações trabalhistas e sociais	1.174	1.656
IRPJ	988	1.532
CSLL	699	783
IPTU	373	259
Outros	275	299
Obrigações tributárias	2.335	2.873
Obrigações sociais e tributárias	3.509	4.529
Parcelamentos – não circulante	469	560
	469	560

11. OUTROS DÉBITOS

	31.12.2025	31.12.2024
Retirada de sócios	11.430	12.580
Resultado Condomínio Monet	3.371	2.283
Outros débitos	1.930	2.164
	16.731	17.027

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2025, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R$ 2.049 mil (R$ 1.852 mil em 2024).

A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

Continua

Continuação

O saldo dos depósitos judiciais apresenta-se líquido das presentes provisões prováveis constituídas:

	Ativo não circulante	Passivo não circulante
(-) Provisão para contingências	(1.426)	56.741
Depósitos judiciais	5.965	-
Em 31.12.2025	4.539	56.741
(-) Provisão para contingências	(1.426)	46.631
Depósitos judiciais	6.232	-
Em 31.12.2024	4.806	46.631

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é de R$49.500 e está subscrito e integralizado, composto por 339.407.505 ações, sendo 250.349.180 ações ordinárias e 89.058.325 ações preferenciais escriturais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se a 5% do lucro líquido dos exercícios, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 a companhia mantém registrado nesta rubrica o valor de R$ 9.900 (R$9.900 | 2024).

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício. Para as ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% sobre o lucro líquido.

	Dividendos a pagar	Juros s/ capital próprio a pagar	Total
Em 31.12.2024	12.012	393	12.405
Dividendos pagos	(11.188)	-	(11.188)
Dividendos extraordinários	13.000	-	13.000
Dividendos propostos 2025	3.962	-	3.962
Em 31.12.2025	17.786	393	18.179

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	13.209	13.526
Base de cálculo dos dividendos	13.209	13.526
Cálculo dos Dividendos	30%	30%
Dividendos mínimos obrigatórios	3.962	4.057
Dividendos propostos - 30%	3.962	4.057

Os dividendos correspondem respectivamente a R$11,38 (R$ 11,65 - 2024) em reais, por lote de mil ações ordinárias e R$12,51 (R$12,82 - 2024) em reais, por lote de mil ações preferenciais.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se a contrapartida do ajuste de avaliação patrimonial em imóveis e terrenos em estoques registrados como propriedades para investimentos, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados e ajustados pelo lucro presumido às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

Estão calculados com base no lucro presumido, com presunção de 32% sobre aluguéis da Cia e 8% para as vendas de propriedades, sendo Imposto de renda à alíquota de 15%, 10% de adicional e contribuição social de 9%.

15.RECEITA OPERACIONAL

	31.12.2025	31.12.2024
Locações	45.336	56.085
Venda Terrenos	5.187	5.803
Receita Operacional Bruta	50.523	61.888
Descontos/ cancelamentos	(213)	(443)
Impostos s/ faturamento	(2.061)	(2.245)
Deduções da Receita Bruta	(2.274)	(2.688)
Receita Operacional Líquida	48.249	59.200

16.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

No exercício findo em 31.12.2025, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R$13.649 (R$ 12.016 em 2024), e está registrado no resultado do exercício.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

	31.12.2025	31.12.2024
Remuneração a dirigentes	13.649	12.016
Despesas com pessoal	543	579
Despesas gerais e administrativas	28.643	33.886
Despesas tributárias	2.535	1.944
	45.370	48.425

17.INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Nessas mesmas datas o valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivalem aproximadamente ao valor de mercado. A companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente.

18.COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A companhia mantém política de contratar ou exigir seguro para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros levando em consideração a natureza das atividades. A maioria absoluta das operações comerciais é locada, onde a responsabilidade da contratação do seguro é do Locatário por força contratual e a companhia figura como beneficiária. As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras. Principais coberturas:

Objeto de cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total de LMI	Vigência
Prédios, equipamentos e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	MR$ 56.717	Junho 2026
Responsabilidade Civil	Operações Shopping Center, guarda de veículos de terceiros, empregador, riscos contingentes de veículos, circulação de equipamentos, danos ao conteúdo e danos morais	RC	MR$ 10.000	Junho 2026
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	100% FIPE	Novembro 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Presidente)

Ivon Luiz de Oliveira Júnior
(Vice-Presidente)

Carlos Eduardo Francheschini Lobato
Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice-Presidente)

Luis Eduardo Bastos dos Santos
(Diretor de Operações)

Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Wesles Ramos Dias
(Contador CRC-PR-039924-O-9-T-SP)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Real Empreendimentos S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Real Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Real Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 20 de março de 2026.

Luiz Fernando Silva Soares
Contador – CRCRS nº 33.964

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC RS nº 009308/F
CVM 12.220

Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Neste relatório são apresentadas as informações na forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 63,5% do capital social da Real Empreendimentos S.A..

A Josapar
A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o Arroz Tio João, o Arroz Tio Mingote, Arroz Meu Biju e Feijão Meu Biju. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas Cozinha Fácil Tio João e Cozinha e Sabor, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a The Solae Company, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca SupraSoy. Através de outra parceria – com a chilena Olivos del Sur – distribui azeite em todo o território nacional com a marca Nova Oliva. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas Supremo e Organo Mineral NPK1.

Mercado orizícola
A safra do arroz em 2024/2025 apresentou uma produção de 12,8 milhões de toneladas, safra 21% maior quando comparada à de 2023/2024, pressionando severamente os preços praticados no mercado. O preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício caiu 36% - de R$ 113 em 2024 para 72 em 2025 - segundo dados do CEPEA. As expectativas para a safra 2025/2026, mesmo com redução de 12% da área plantada no Brasil, indicam oferta acima de 11,1 milhões de toneladas, ainda que abaixo das 12,8 milhões da safra anterior, volume considerado elevado se comparado a 3 safras anteriores. O estoque de passagem projetado para a safra 25/26 permanece ainda muito próximo à máxima histórica, estimado em 1,9 milhões de toneladas, que seguramente manterá pressionado o nível de preço do arroz em 2026.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2025 e 2024:

	2025 (R$ Mil)	2024 (R$ Mil)	Variação % e p.p.
Vendas Brutas	1.940.757	2.385.271	-444.514
Vendas Líquidas	1.802.130	2.212.219	-410.089
Lucro Bruto	440.369	467.510	-27.141
% LB s/VL	24%	21%	3,30%
Ebitda	103.422	123.479	-20.057
% Ebitda s/VL	6%	6%	0,16%
Lucro Líquido controladores	11.876	23.540	-11.664
% LL s/VL	0,66%	1,06%	-0,41%

Investimentos
Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R$ 48 milhões (R$ 8 milhões em 2024) e estão majoritariamente direcionados na transferência da unidade de fertilizantes da cidade de Pelotas-RS para a cidade de Rio Grande-RS, cujo financiamento sob a linha BNDES Emergencial, fora contratado ao final de 2024. O início de operação desta unidade está previsto para o primeiro semestre de 2027.

Vendas totais
A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil da linha de alimentos, produtores rurais no segmento de fertilizantes e insumos agrícolas e também clientes no mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi de R$ 1,9 bilhão no exercício, predominantemente ocasionado pela queda de preço do arroz.

Mercado externo
A Companhia exportou R$ 164 milhões em 2025, equivalentes a 8,2% da receita total, ante 9% em 2024 - quando exportou R$ 212 milhões. A empresa mantém sua estratégia de buscar crescimento com o aumento de volumes e conquista de novos mercados.

Margem bruta
A margem bruta da Companhia foi de 24% das vendas líquidas (Lucro bruto de R$ 440 milhões). A queda de escala do setor de grãos no Brasil e o desempenho do braço de fertilizantes e insumos agrícolas da empresa influenciaram diretamente as margens da Companhia no exercício.

EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)
A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R$ 103 milhões, representando 6% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R$ 123 milhões ou 6% das vendas líquidas. O desempenho operacional de 2025 encontra-se em linha com desempenhos históricos da Companhia.

Endividamento bancário líquido
No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R$ 415 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R$ 62,7 milhões, contra R$ 59 milhões do ano anterior. O ambiente macroeconômico foi marcado por uma taxa de juros média da ordem de 15% ao ano, ante aproximadamente 11% no ano de 2024, elevando o custo financeiro dos financiamentos necessários à sustentação do capital de giro da Companhia. Ao final de 2025 foi contratada uma nova linha do BNDES, denominada Brasil Soberano, que passa a deixar o custo médio do capital de giro operacional da empresa mais baixo e leva a empresa a apresentar uma estrutura de endividamento mais equilibrada, com apenas 30% do total dos financiamentos classificados no curto prazo, provendo a empresa do volume de caixa suficiente para sustentar suas estratégias comerciais ao longo de 2026.
Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R$ 327 milhões. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com sua estratégia operacional.

Lucro líquido
A conjuntura de queda dos preços da matéria-prima influenciou diretamente a margem e a rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2025 atingiu R$ 11,8 milhões (R$ 1.222 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2024 foi de R$ 23,5 milhões (R$ 2.225 pelo lote de 1.000 ações).

Patrimônio líquido
O patrimônio líquido atingiu R$ 767 milhões contra R$ 764 milhões do ano anterior.

Ativos intangíveis
Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca Tio João, no arroz e feijão a marca Meu Biju, na soja a marca Suprasoy, nos insumos a marca Supremo - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: www.josapar.com.br – www.tiojoao.com.br – www.suprasoy.com.br.

Recursos humanos
A Companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, ótica e livraria, convênio escola e creche. No exercício de 2003 a Companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão.
Política de Equidade (Lei n° 15.177/2025): Conforme expresso em seu Código de Ética e Conduta - aprovado pela Administração e divulgado em seu site institucional - e intensificado através de treinamento anual a todos os seus colaboradores, a Companhia trata temas de combate a discriminação e de respeito e valorização da diversidade, reforçando a obrigação de promover a equidade de tratamento sem discriminação de origem, raça/cor, gênero, orientação sexual, cor, idade, crença, deficiência ou quaisquer outras formas. Mantém política de remuneração com base em critérios objetivos, considerando as responsabilidades, a complexidade das funções, o desempenho e a equidade interna, de forma a assegurar tratamento justo e isonômico aos colaboradores, a fim de garantir práticas de remuneração justas, equitativas e alinhadas aos princípios de diversidade, inclusão e desempenho em sua estratégia de gestão de pessoas.

Relacionamento com Auditores Independentes
Seguindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

Declaração da Diretoria
Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 80/22, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Agradecimentos
A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Aos funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora 31.12.2025	Controladora 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa(nota 4.b)	744.280	615.921	894.487	748.454
Clientes(nota 6)	331.299	402.064	347.316	421.851
Estoques(nota 7)	149.093	233.382	317.644	292.338
Adiantamentos a fornecedores(nota 8)	121.259	142.267	121.259	142.267
Impostos a compensar(nota 9)	64.970	67.369	65.065	67.608
Outras contas	28.675	22.282	17.980	18.140
Total do ativo circulante	1.439.576	1.483.285	1.763.751	1.690.658
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Devedores diversos	-	-	23.761	25.657
Coligadas(nota 14)	45.209	44.819	27.285	28.981
Créditos fiscais diferidos(nota 15.a)	48.821	42.531	48.821	42.531
Impostos a compensar(nota 9)	35.853	32.725	35.853	32.725
Total do realizável a longo prazo	129.883	120.075	135.720	129.894
Investimentos(nota 10)	272.103	268.745	209.250	321.630
Imobilizado(nota 11)	197.779	160.132	200.505	162.801
Intangível(nota 11)	1.843	1.841	1.878	1.876
Total do ativo não circulante	601.608	550.793	547.353	616.201
Total do ativo	2.041.184	2.034.078	2.311.104	2.306.859

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 31.12.2025	Controladora 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 12)	43.200	101.444	43.775	102.128
Instituições financeiras(nota 13)	402.541	644.902	402.541	644.902
Arrendamento Mercantil	1.410	604	1.410	604
Obrigações sociais e tributárias	18.619	24.467	23.539	30.410
Dividendos propostos(nota 16.e)	3.385	6.709	5.770	9.030
Credores diversos	18.685	23.012	35.785	38.797
Provisão para contingências(nota 20)	11.212	11.214	63.518	53.725
Outras contas	21.009	19.699	21.612	21.048
Total do passivo circulante	520.061	832.051	597.950	900.644
NÃO CIRCULANTE				
Instituições financeiras(nota 13)	892.084	576.204	892.084	576.204
Arrendamento Mercantil	1.412	67	1.412	67
Obrigações sociais e tributárias(nota 19)	2.825	6.274	2.825	6.274
Impostos diferidos (nota 15.b)	13.082	17.887	20.445	25.314
Outros débitos	475	475	29.415	34.651
Total do passivo não circulante	909.878	600.907	946.181	642.510
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social(nota 16.a)	120.000	120.000	120.000	120.000
Reserva de reavaliação	552	552	552	552
Ajuste de avaliação patrimonial(nota 16.d)	21.837	21.837	21.837	21.837
Reserva reflexo controlada(nota 16.d)	137.626	137.193	137.626	137.193
Reserva estatutária	187.487	187.665	187.487	187.665
Reserva legal(nota 16.b)	23.525	22.931	23.525	22.931
Subvenção para Investimentos(nota 16.c)	120.218	110.942	120.218	110.942
Patrimônio líquido dos controladores	611.245	601.120	611.245	601.120
Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	155.728	162.585
Total do patrimônio líquido	611.245	601.120	766.973	763.705
Total do passivo e patrimônio líquido	2.041.184	2.034.078	2.311.104	2.306.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	Controladora 31.12.2025	Controladora 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	1.721.125	2.108.116	1.776.921	2.173.686
Mercado externo	163.836	211.585	163.836	211.585
	1.884.961	2.319.701	1.940.757	2.385.271
Deduções da receita bruta	(135.787)	(169.898)	(138.627)	(173.052)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.749.174	2.149.803	1.802.130	2.212.219
Custo dos produtos e serviços vendidos (nota 17)	(1.359.314)	(1.742.457)	(1.361.761)	(1.744.709)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	389.860	407.346	440.369	467.510
Despesas com vendas(nota 17)	(196.014)	(206.722)	(196.014)	(206.722)
Despesas gerais e administrativas(nota 17)	(109.486)	(111.482)	(156.559)	(161.990)
Outras receitas operacionais(nota 17)	2.169	13.411	2.574	13.689
Resultado de equivalência patrimonial	8.297	8.164	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	94.826	110.717	90.370	112.487
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	112.499	120.963	134.733	135.201
Despesas financeiras	(196.838)	(194.000)	(197.425)	(194.293)
	(84.339)	(73.037)	(62.692)	(59.092)
Participação dos funcionários (nota 17)	-	(2.869)	-	(2.869)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10.487	34.811	27.678	50.526
Imposto de renda e contribuição social correntes(nota 15.c)	(9.705)	(10.968)	(21.980)	(21.321)
Imposto de renda e contribuição social diferidos(nota 15.c)	11.094	(303)	11.094	(303)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	11.876	23.540	16.792	28.902
Atribuídos aos acionistas controladores	11.876	23.540	11.876	23.540
Atribuídos aos acionistas não controladores	-	-	4.916	5.362
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.876	23.540	16.792	28.902
Lucro por lote de mil ações- Básico e diluido — R$	1.122,25	2.224,44	1.122,25	2.224,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

		Ajuste avaliação Patrimonial			Reserva de Lucros			Controladora		Consolidado	
	Capital social	Reserva de reavaliação	Próprias	Reflexa	Reserva estatutária	Reserva legal	Subvenção para Investimentos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio Líquido
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	120.000	552	21.837	136.053	170.276	21.755	110.942	-	581.415	166.299	747.714
Reflexo de controladas	-	-	-	(1.137)	-	-	-	1.734	597	-	597
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	23.540	23.540	-	23.540
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.714)	(3.714)
Variação de participação em controlada	-	-	-	2.277	-	-	-	-	2.277	-	2.277
Dividendos propostos (R$ 633,96 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(6.709)	(6.709)	-	(6.709)
Constituição de reservas	-	-	-	-	17.389	1.176	-	(18.565)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	120.000	552	21.837	137.193	187.665	22.931	110.942	-	601.120	162.585	763.705
Reflexo de controladas	-	-	-	(5.403)	-	-	-	1.201	(4.202)	-	(4.202)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.876	11.876	4.916	16.792
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.937)	(5.937)
Variação de participação em controlada	-	-	-	5.836	-	-	-	-	5.836	(5.836)	-
Dividendos propostos (R$ 319,84 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(3.385)	(3.385)	-	(3.385)
Constituição de reservas	-	-	-	-	(178)	594	9.276	(9.692)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	120.000	552	21.837	137.626	187.487	23.525	120.218	-	611.245	155.728	766.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31.12.2025	Controladora 31.12.2024	Consolidado 31.12.2025	Consolidado 31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.876	23.540	16.792	23.540
Ajuste do fluxo operacional:				
Depreciações e amortizações	12.488	13.336	13.052	13.861
Venda ou baixa de ativo fixo	329	-	847	-
Equivalência patrimonial	(8.297)	(8.164)	-	-
Provisões de contingências	116	1.836	10.107	22.302
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.133	(139)	1.133	(139)
	5.769	6.869	25.139	36.024
Variação dos ativos:				
Clientes	69.632	8.352	73.402	(480)
Estoques	84.289	75.497	(25.306)	73.709
Créditos com coligadas	(390)	5.458	1.696	(3.513)
Impostos a compensar	(729)	32.406	(585)	32.391
Adiantamentos a fornecedores	21.008	(9.718)	21.008	(9.718)
Outros	(7.744)	(8.220)	108.146	(5.448)
	166.066	103.775	178.361	86.941
Variação dos passivos:				
Fornecedores	(58.244)	(62.959)	(58.353)	(62.901)
Obrigações sociais e tributárias	(9.297)	(10.966)	(10.320)	(10.366)
Outros	(6.306)	(34.009)	(5.099)	(11.650)
	(73.847)	(107.934)	(73.772)	(84.917)
Recursos líquidos das atividades operacionais	109.864	26.250	146.520	61.588
Fluxo das atividades de investimento:				
Adições do imobilizado e intangível	(50.466)	(7.918)	(51.605)	(8.274)
Caixa líquido utilizado nas operações de investimentos	(50.466)	(7.918)	(51.605)	(8.274)
Fluxo das atividades de financiamento:				
Financiamentos obtidos	985.456	690.701	985.456	690.701
Pagamentos de financiamentos	(909.786)	(717.998)	(909.786)	(717.998)
Participação de minoritários	-	-	(11.773)	(3.714)
Dividendos pagos	(6.709)	(4.590)	(12.779)	(11.086)
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	68.961	(31.887)	51.118	(42.097)
Aumento de caixa de equivalentes de caixa	128.359	(13.555)	146.033	11.217
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:				
Caixa no início do exercício	615.921	629.476	748.454	737.237
Caixa no final do exercício	744.280	615.921	894.487	748.454
	128.359	(13.555)	146.033	11.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua

Continuação

Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

Tio João · Biju · Nova Oliva · Supra Soy · Soy+ · Supremo Insumos · Real Empreendimentos

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITAS				
Venda de produtos, mercadorias e serviços líquidas das devoluções	1.836.467	2.259.152	1.891.750	2.324.013
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.133)	139	(1.133)	139
Outras receitas operacionais	2.169	13.411	2.574	13.689
	1.837.503	2.272.702	1.893.191	2.337.841
Insumos adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas	(1.134.251)	(1.543.129)	(1.136.710)	(1.545.394)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(366.264)	(378.371)	(396.096)	(414.191)
	(1.500.515)	(1.921.500)	(1.532.806)	(1.959.585)
Valor adicionado bruto	336.988	351.202	360.385	378.256
Depreciação e amortização	(12.488)	(13.336)	(13.052)	(13.861)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade:	324.500	337.866	347.333	364.395
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	8.297	8.164	-	-
Receitas financeiras	112.499	120.963	134.733	135.201
	120.796	129.127	134.733	135.201
Valor adicionado total a distribuir	445.296	466.993	482.066	499.596
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos	126.710	119.836	140.845	132.038
Impostos e contribuições	106.025	121.787	123.162	136.537
Juros e aluguéis	200.685	201.527	201.267	201.816
Dividendos propostos	3.385	6.709	3.385	6.709
Reserva de Lucros	8.491	16.831	8.491	16.831
Participação dos acionistas não controladores	-	-	4.916	5.362
Outros	-	303	-	303
	445.296	466.993	482.066	499.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	11.876	23.540	16.792	28.902
Outros resultados abrangentes	1.538	4.450	1.538	4.450
Total do resultado abrangente do exercício	13.414	27.990	18.330	33.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 20 de março de 2026.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS),* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas informações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta) vide nota 10.
- Josapar Internacional – (direta) vide nota 10.
- Copérnico Participações S/A – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda. – (indireta)
- Real Rio Grande Empreendimentos Ltda. – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)
- Pelotense Administradora de Shopping Centers Ltda. – (indireta)

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para perdas de crédito esperadas, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão descritas a seguir:

a) Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

b) Melhorias anuais nas normas IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

c) Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das Demonstrações Financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.

d) Emissão da norma IFRS 19 – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as Demonstrações Financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

e) Emenda Constitucional nº 132/2023 – Reforma Tributária sobre consumo - A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, com a adoção de um modelo de IVA dual, composto pela CBS (federal) e pelo IBS (estadual e municipal), em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS, além da criação do Imposto Seletivo. A Companhia juntamente com seus consultores, iniciou de forma antecipada, as atividades de preparação para a implementação do novo regime, incluindo a revisão de processos, controles e sistemas, em linha com o cronograma de transição estabelecido pela legislação. Até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras, uma vez que os tributos continuaram sendo apurados conforme a legislação vigente. Os efeitos contábeis da reforma serão reconhecidos prospectivamente, à medida que se tornarem aplicáveis conforme cronograma de transição, sendo que os impactos mais relevantes são esperados a partir de 01 de janeiro de 2027.

f) Adoção dos Pronunciamentos IFRS S1 e IFRS S2 – Em julho de 2025, em atendimento à Resolução CVM nº 193/2023, conforme posteriormente alterada e complementada pelas Resoluções CVM nº 217, 218 e 219/2024 e nº 227/2025, a Companhia iniciou o processo de mapeamento, diagnóstico e levantamento das informações necessárias ao cumprimento dos requisitos de divulgação estabelecidos pelos pronunciamentos IFRS S1 e IFRS S2. De acordo com o cronograma regulatório vigente, as primeiras divulgações obrigatórias deverão contemplar as informações relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, com apresentação a partir de 2027.Com base nas avaliações preliminares realizadas até o momento, a Administração não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras ou na posição patrimonial e financeira da Companhia, considerando que os pronunciamentos IFRS S1 e IFRS S2 estabelecem, substancialmente, requisitos adicionais de divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade. A Companhia seguirá acompanhando a evolução das interpretações regulatórias e das melhores práticas de mercado, podendo revisar suas avaliações e estimativas à medida que o processo de implementação avance.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e Passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa n° 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 79 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado e intangível

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta. A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica. A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela resolução CVM 002/2020.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas informações separadas (conforme deliberação CVM n° 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

j) Arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

5. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 79 dias e a perda reconhecida foi de 0,01% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a resolução CVM 002/2020 a Companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 4 sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia, em reais.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Ativos:		
Matéria-Prima Fertilizantes	43.927	82.688
Contas a receber de clientes	28.604	45.603
	72.531	128.291
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	(34.891)	(93.126)
	(34.891)	(93.126)
Exposição ativa líquida	37.640	35.165

Em linha com a estratégia de hedge e proteção das margens operacionais frente às oscilações da taxa de câmbio a Companhia informa que realizaram no exercício diversas operações de câmbio futuro, travando taxas de pedidos de venda em carteira com a aquisição das respectivas matérias-primas.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela lei 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante o risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2025 em R$:

					Cenários		
Risco: alta do CDI		CDI dez25: 15,00%		a.a.	Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Efeito simulado até a data de vencimento					manutenção	> 25%	> 50%
de cada contrato				15,00%	15,00%	18,75%	22,50%
					CDI a.a.	CDI a.a.	CDI a.a.
Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento			
31/12/2025	R$ 164.945	diversos	CDI	diversos	R$ 244.063	R$ 265.122	R$ 287.596
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R$ -	R$ 21.059	R$ 43.533

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a resolução CVM 002/2020.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Clientes mercado interno	305.242	357.875	329.032	385.435
Clientes mercado externo	28.604	45.603	28.604	45.603
Provisão para perdas de créditos esperadas	(2.547)	(1.414)	(10.320)	(9.187)
Total	331.299	402.064	347.316	421.851

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Produtos acabados e semielaborados	78.943	114.512	78.943	114.512
Mercadorias para revenda	4.053	4.129	4.053	4.129
Matérias - primas	51.958	98.440	51.958	98.440
Outros	14.139	16.301	14.139	16.301
Imóveis	-	-	168.551	58.956
Total	149.093	233.382	317.644	292.338

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores de arroz	118.756	139.279
Fornecedores diversos	2.503	2.988
Total	121.259	142.267

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
ATIVO CIRCULANTE	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PIS e COFINS (a)	41.583	37.992	41.583	37.992
IRPJ/CSLL	10.755	14.618	10.850	14.857
ICMS a recuperar	12.632	14.759	12.632	14.759
Total	64.970	67.369	65.065	67.608
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
PIS E COFINS (b)	33.617	30.489	33.617	30.489
Outros créditos	661	661	661	661
Total	35.853	32.725	35.853	32.725

(a) Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

(b) Os créditos de PIS E COFINS no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS e da COFINS, os quais estão sendo utilizados nas compensações de tributos federais.

Os demais créditos no ativo circulante e não circulante referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, e saldo de declaração e outros créditos usuais da operação.

A administração da Companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da Companhia.

10. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S. A	215.449	63,51%	427.149	49.500	13.208	8.297
Josapar Internacional	50	100	338	275	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2024	267.874	381	490	268.745	317.377	4.253	321.630
Reflexos ajustes em controladas	41	(43)	-	(2)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	8.297	-	-	8.297	-	-	-
Compra de ações	5.836	-	-	5.836	-	-	-
Dividendos a receber	(10.773)	-	-	(10.773)	-	-	-
Propriedades para Investimentos	-	-	-	-	(112.380)	-	(112.380)
Em 31 de dezembro de 2025	271.275	338	490	272.103	204.997	4.253	209.250

Continua

Continuação

Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

Tio João · Biju · Nova Cliva · Supra Soy · Soy+ · Supremo Insumos · Real Empreendimentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Bens de Direito de Uso	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	7.509	83.395	1.503	146	56.036	3.010	13.919	165.518
Adições	-	-	853	-	624	6.306	131	7.914
Transferências	-	-	-	-	147	(147)	-	-
Depreciações	-	(2.602)	(1.653)	(11)	(6.948)	-	(2.086)	(13.300)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	7.509	80.793	703	135	49.859	9.169	11.964	160.132
Adições	-	-	3.973	325	6.475	39.454	234	50.461
Baixas	-	-	-	(10)	(79)	(234)	(6)	(329)
Transferências	-	-	-	-	147	(147)	-	-
Depreciações	-	(2.602)	(1.736)	(40)	(6.441)	-	(1.666)	(12.485)
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	7.509	78.191	2.940	410	49.961	48.242	10.526	197.779

Consolidado	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Bens de Direito de Uso	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	7.509	83.395	1.503	1.315	56.513	3.633	14.488	168.356
Adições	-	-	853	340	629	6.306	142	8.270
Transferências	-	-	-	-	147	(147)	-	-
Depreciações	-	(2.602)	(1.653)	(400)	(6.959)	-	(2.211)	(13.825)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	7.509	80.793	703	1.255	50.330	9.792	12.419	162.801
Adições	-	-	3.973	1.417	6.519	39.454	237	51.600
Baixas	-	-	-	(528)	(79)	(234)	(6)	(847)
Transferências	-	-	-	-	147	(147)	-	-
Depreciações	-	(2.602)	(1.736)	(466)	(6.449)	-	(1.796)	(13.049)
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	7.509	78.191	2.940	1.678	50.468	48.865	10.854	200.505

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	1.826	47	1.873	1.861	47	1.908
Adições	-	4	4	-	4	4
Amortizações	-	(36)	(36)	-	(36)	(36)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	1.826	15	1.841	1.861	15	1.876
Adições	-	5	5	-	5	5
Amortizações	-	(3)	(3)	-	(3)	(3)
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	1.826	17	1.843	1.861	17	1.878

As taxas de depreciação e amortização praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,80%	a.a.
Veículos	20%	a.a.
Veículos industriais	10%	a.a.
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7%	a.a.
Móveis e utensílios	10%	a.a.
Instalações e benfeitorias	10%	a.a.
Sistemas, Softwares e equipamentos de informática	33%	a.a.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 ocorre por depreciação ou baixa dos bens na empresa e consolidado. As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.
Com a adoção do IFRS 16, a Companhia passou a registrar a partir de 1º de janeiro de 2019 o direito de uso sobre os contratos de arrendamentos. Desta forma, os valores do ativo imobilizado em 31.12.2025 incluem o valor de R$2.940 referente ao direito de uso arrendado aluguéis.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Matéria-prima Arroz	16.412	58.701	16.412	58.701
Matéria-prima Insumos Agrícolas	10.360	18.377	10.360	18.377
Outros	16.428	24.366	17.003	25.050
Total	43.200	101.444	43.775	102.128

13. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Passivo circulante	Controladora e Consolidado	
Moeda Interna	31.12.2025	31.12.2024
Financiamentos para investimentos	1.397	1.870
Crédito Rural – recursos livres	17.272	127.409
Capital de giro	348.981	422.497
Total	367.650	551.776
Moeda estrangeira		
Capital de giro-FINIMP	34.891	93.126
Total	34.891	93.126
Total do circulante	402.541	644.902
Passivo não circulante		
Moeda Interna	31.12.2025	31.12.2024
Financiamentos para investimentos	54.040	14.472
Crédito Rural – recursos livres	67.659	20.990
Capital de giro	770.385	540.742
Total	892.084	576.204
Total do não circulante	892.084	576.204
Vencimentos de longo prazo	31.12.2025	31.12.2024
2026	-	365.244
2027	461.067	116.772
2028 a 2038	431.017	94.188
Total do não circulante	892.084	576.204

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,00% a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	4,02% a.a.
Investimentos BNDES Emergencial	Pré-fixado	2,35% a.a.
Capital de Giro BNDES Emergencial	Pré-fixado	7,42% a.a.
Capital de Giro – Brasil Soberano	Pré-fixado	3,92% a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US$	6,40% a.a.
Capital de Giro	CDI	1,96% a.a.

a) Empréstimos nacionais:
Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré-fixada de 2,35% a.a. a 7,42% a.a.
Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós-fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.
A Companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
b) Empréstimos no exterior:
Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US$ 6.341 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.
A administração da Companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

14. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Dividendos a receber (*)	Ativo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	1.991	(10.439)	10.084	-
Peroli Participações S.A.	18.510	-	-	19.762
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	409	-	-	1.034
Ferragens Vianna S.A.	2.936	-	-	2.936
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	-	3.010
Real Rio Grande Ltda.	26.910	-	-	-
Outros	1.492	-	-	2.239
Em 31 de dezembro de 2024	55.258	(10.439)	10.084	28.981
Real Empreendimentos S.A.	2.509	(9.618)	15.794	-
Peroli Participações S.A.	17.543	-	-	18.795
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	409	-	-	1.034
Ferragens Vianna S.A.	2.970	-	-	2.970
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	-	3.010
Real Rio Grande Ltda.	26.910	-	-	-
Outros	1.476	-	-	1.476
Em 31 de dezembro de 2025	54.827	(9.618)	15.794	27.285

(*) Registrado em outras contas a receber no ativo circulante.

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da Companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a Companhia.
Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para perda de crédito esperadas, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Contribuição social diferida	15.683	13.844	15.683	13.844
Imposto de renda diferido	33.138	28.687	33.138	28.687
Total	48.821	42.531	48.821	42.531

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Contribuição social diferida	3.460	4.732	6.042	7.336
Imposto de renda diferido	9.622	13.155	14.403	17.978
Total	13.082	17.887	20.445	25.314

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
Corrente	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Contribuição social	(2.459)	(2.957)	(5.759)	(5.741)
Imposto de renda	(7.246)	(8.011)	(16.221)	(15.580)
	(9.705)	(10.968)	(21.980)	(21.321)
Diferido				
Contribuição social	3.111	371	3.111	371
Imposto de renda	7.983	(674)	7.983	(674)
	11.094	(303)	11.094	(303)
	1.389	(11.271)	(10.886)	(21.624)

d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício

	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	10.487	34.811	27.678	50.526
Eliminações-ajustes efeito controlada	-	-	4.916	5.362
	10.487	34.811	32.594	55.888
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CSLL – 9%)	(3.566)	(11.836)	(11.082)	(19.002)
Exclusões (adições) permanentes	7.350	8.840	7.350	8.840
Exclusões (adições) temporárias	(7.808)	(1.209)	(7.808)	(1.209)
Efeito tributação em controlada	-	-	(4.759)	(3.187)
Outros	5.413	(7.066)	5.413	(7.066)
	1.389	(11.271)	(10.886)	(21.624)

A Companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.
A administração baseada no histórico de resultado e lucros tributáveis da companhia estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme a média histórica de percentuais dos últimos 5 anos, considerando expectativa de geração de lucros tributáveis futuros a realização ocorrerá ao longo de 10 anos, sendo :2026:10%, 2027:10%, 2028:10%, 2029:10%, 2030:10% e o restante 50%, nos 5 anos restantes.
A projeção de realização do saldo considera, especialmente quanto aos prejuízos fiscais e bases negativas, a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, estes percentuais podem não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital
O Capital Social é de R$120.000, subscrito e integralizado é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.
b) Reserva Legal
O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.
c) Subvenções para Investimentos
A Companhia possui incentivos governamentais para investimentos, que são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição social.
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registra o montante de R$120.218 (R$110.942 em 2024).
Os valores registrados no período são transferidos para a conta “Subvenção para investimentos”, em conformidade com o artigo 195-A da lei das sociedades por Ações.
d) Ajuste de Avaliação Patrimonial
Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.
e) Dividendos
O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.
Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.
Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro Líquido do exercício	11.876	23.540
Reserva legal	(594)	(1.177)
Lucro líquido para cálculo de dividendos	11.282	22.363
Dividendos propostos – 30%	3.385	6.709

Os dividendos propostos correspondem a R$319,44-(R$633,18 em 2024) por lote de mil ações ordinárias e R$351,39-(R$696,50 em 2024) por lote de mil ações preferenciais.

17. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
Por função:	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Custos dos produtos	(1.359.314)	(1.742.457)	(1.361.761)	(1.744.709)
Despesas com vendas	(196.014)	(206.722)	(196.014)	(206.722)
Despesas gerais e administrativas	(109.486)	(114.351)	(156.559)	(164.859)
Outras receitas/despesas	2.169	13.411	2.574	13.689
	(1.662.645)	(2.050.119)	(1.711.760)	(2.102.601)
Por natureza:	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Depreciações e amortizações	(12.488)	(13.336)	(13.052)	(13.861)
Despesas com pessoal	(126.710)	(119.836)	(140.845)	(132.038)
Matérias-primas e materiais	(1.156.459)	(1.543.129)	(1.158.917)	(1.545.394)
Fretes	(111.840)	(116.655)	(111.840)	(116.655)
Outras	(255.148)	(257.163)	(287.106)	(294.653)
	(1.662.645)	(2.050.119)	(1.711.760)	(2.102.601)

No exercício findo em 31.12.2025 o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R$10.453-(R$11.914 em 31.12.2024), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.
A Companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.
As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites – Total M$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	150.000	Junho/2027
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Dezembro/2026
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Dezembro/2026
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Setembro/2026
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.500 cabotagem 500 rodoviário	Setembro/2026
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US$ 8.000	Setembro/2026
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US$ 1.000	Setembro/2026

19. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora e Consolidado	
Passivo circulante	31.12.2025	31.12.2024
PRR (FUNRURAL)	-	6.676
PERT (IRPJ e CSLL)	325	320
LÍTIGIO ZERO 2024 – PLZ (PIS/COFINS)	634	668
Total do circulante	959	7.664
Passivo não circulante		
PRR (FUNRURAL)	-	2.929
PERT (IRPJ e CSLL)	1.559	1.917
LÍTIGIO ZERO 2024 – PLZ (PIS/COFINS)	1.266	1.428
Total do não circulante	2.825	6.274
	3.784	13.938

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2025, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R$230.000.
A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.
O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para contingências	13.642	13.526	71.913	61.806
(-) Depósitos judiciais	(2.430)	(2.312)	(8.395)	(8.081)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	11.212	11.214	63.518	53.725

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Presidente)

Luciano Adures de Oliveira
(Vice-Presidente)

Ary Teixeira de Oliveira
Carlos Eduardo F. Lobato
Jorge Alberto Zugno
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor-Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

Luis Augusto Barcellos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)

Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

Continua

Continuação

Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

Tio João · Biju · Nova Cliva · Supremo Soy · Soy+ · Supremo Insumos · Real Empreendimentos

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Obrigações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito na nota explicativa 13, as demonstrações financeiras consolidadas da JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações incluem R$ 1.294.625 mil, em obrigações com instituições financeiras, as quais segregam-se em R$ 402.541 mil e R$ 892.084 mil, entre o passivo circulante e o não circulante, respectivamente. Este montante representa aproximadamente 84% das obrigações consolidadas da Companhia com terceiros e é utilizado para a manutenção das suas atividades operacionais (capital de giro) e investimentos nas plantas produtivas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 a situação líquida de caixa da Companhia, quando deduzidos os saldos consolidados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, estoques e adiantamentos a produtores do saldo de empréstimos e financiamentos é positiva no valor de R$ 342.306 mil. Tais obrigações consideram individualmente, atualizações por variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário e são registradas conforme as práticas contábeis vigentes. Possuindo ainda, capital de giro em linhas de crédito rural, contratados a taxa pré-fixada e com garantias vinculadas a aval, e penhor mercantil de estoque.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento dos processos e controles quanto as garantias prestadas, obrigações financeiras, verificamos a aplicabilidade das cláusulas e obrigações contratuais (covenants), avaliamos a razoabilidade e consistência das despesas financeiras incorridas e registradas, bem como ratificamos os saldos divulgados e controlados por meio de confirmações externas.

Baseados nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as obrigações financeiras registradas e divulgadas pela Companhia, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e individualmente.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de março de 2026.

Luiz Fernando Silva Soares
Contador – CRCRS nº 33.964
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC RS nº 009308/F
CVM 12.220

COPÉRNICO PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 03.956.426/0001-01 - NIRE 43.300.040.241
Companhia Fechada

Senhores Acionistas: A administração de Copérnico Participações S/A, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Porto Alegre, 20 de Março de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	N.E	2025	2024
CIRCULANTE		21	171
Impostos a compensar		21	171
NÃO CIRCULANTE		1.977	2.826
Partes Relacionadas	4	1.977	2.826
TOTAL DO ATIVO		1.998	2.997

PASSIVO	N.E	2025	2024
CIRCULANTE		17	21
Obrigações fiscais		17	21
NÃO CIRCULANTE		221	1.216
Dividendos propostos a pagar	5.d	221	1.216
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.760	1.760
Capital social	5.a	300	300
Reserva de ágio	5.b	1.400	1.400
Reserva legal	5.c	60	60
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.998	2.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Discriminação	Capital social	Reserva de ágio	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	300	1.400	60	-	1.760
Lucro líquido do exercício	-	-	-	204	204
Dividendos propostos	-	-	-	(204)	(204)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	300	1.400	60	-	1.760
Lucro líquido do exercício	-	-	-	221	221
Dividendos propostos	-	-	-	(221)	(221)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	300	1.400	60	-	1.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL		
Despesas operacionais	(12)	(11)
Resultado financeiro líquido	310	285
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	298	274
Imposto de renda e contribuição social	(77)	(70)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	221	204
Lucro por lote de mil ações	R$ 735,61	R$ 681,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Copérnico S.A é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo CFC- Conselho Federal de Contabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

b) Ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

c) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Estão calculados com base no lucro real, sendo imposto de renda à alíquota de 15%, mais adicional de 10% e contribuição social de 9%.

4. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

DISCRIMINAÇÃO	2025	2024
Real Empreendimentos S/A	1.977	2.826

O saldo no ativo não circulante refere-se a contratos de mútuo, sobre os quais incidem encargos financeiros equivalentes a juros de 99,5% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado, no valor de R$ 300, é composto de 300.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma.

b) Reserva de ágio - Refere se ao aumento de capital ocorrido em agosto de 2000.

c) Reserva legal - É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos - Conforme estatuto social, aos acionistas é assegurada a distribuição anual de dividendos mínimos obrigatórios, correspondente a de 25% do lucro líquido ajustado.

A administração da sociedade propõe a distribuição de dividendos correspondentes a 100% do lucro líquido do exercício ajustado, conforme abaixo:

DISTRIBUIÇÃO	2025	2024
Lucro líquido do exercício	221	204
Reserva legal	-	-
Lucro líquido base para cálculo dos dividendos	221	204
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	55	51
Dividendos propostos	221	204

DIRETORIA	RESPONSÁVEL TÉCNICO
Augusto Lauro de Oliveira Júnior Luciano Adures de Oliveira Luis Eduardo Bastos dos Santos Marcelo Augusto Furlan dos Santos	Wesles Ramos Dias (Contador CRC-PR-039924-O-9-T-SP)

Agibank tem lucro líquido de R$ 214,9 milhões no 4º tri de 2025

O Agibank, focado em crédito consignado, teve lucro líquido de R$ 214,9 milhões no quarto trimestre de 2025, anunciou o banco nesta segunda-feira, em seu primeiro balanço desde que abriu o capital na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse), em janeiro. Em 2025, o banco teve ganho acumulado de R$ 1,046 bilhão, crescimento de 32% ante 2024. O retorno sobre o patrimônio (ROE, na sigla em inglês) ficou em 35,8%, ante 44,4% há um ano. As receitas totais do Agibank somaram R$ 2,9 bilhões no quarto trimestre, alta anual de 38,4%.

O banco fechou dezembro com carteira de crédito de R$ 34,8 bilhões, alta anual de 43,9% e de 1,1% no trimestre. Desse total, 86% é de crédito com garantia, como o consignado, acima do porcentual de 83% do quarto trimestre de 2024. A taxa de inadimplência, considerando os atrasos acima de 90 dias, ficou em 3,7% no quarto trimestre, ante 2,6% no terceiro e 3% no final de 2024. "Somos o único banco desafiante credenciado como pagador de salários para a maior folha de pagamentos da América Latina - o sistema de Previdência Social Brasileiro, um mercado com mais de 42 milhões de pessoas", afirma o fundador, CEO e Presidente do Conselho do Agibank, Marciano Testa, ao apresentar o balanço. Ele ressalta que os clientes do banco "foram deixados de lado" pelo sistema bancário tradicional, e as fintechs e bancos digitais "têm dificuldade em atendê-los de forma mais eficaz".

Em número de clientes, o Agibank fechou dezembro com 6,7 milhões, expansão anual de 73%. Entre os indicadores de capital, o índice de Basileia, que mede a solvência e mostra a capacidade de expansão no crédito, fechou o ano em 15,5%, acima dos 11% exigidos pelo Banco Central. Ao final de 2024, o indicador estava em 14%.

Recentemente, fechou uma oferta inicial de ações (IPO, em inglês) na Bolsa de Nova York, em que captou US$ 276 milhões, incluindo a venda de um lote extra. Isso significou menos da metade do que inicialmente pretendia levantar, US$ 828 milhões, de acordo com fontes. Essa foi a segunda vez que o banco gaúcho tentou se listar em Wall Street. O Agibank chegou a cogitar um lançamento de ações em 2018, mas o momento de mercado frustrou seus planos. Na época, as aberturas de capitais brasileiras foram suspensas diante da volatilidade causada pela greve dos caminhoneiros.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente edital convoco todos os trabalhadores, com vínculo empregatício nas Indústrias do Calçado e Vestuário, integrantes das categorias profissionais representadas pelo **Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário e Calçado de Caxias do Sul,** inscrito no CNPJ 88.662.283/0001-88**,** para sessão de Assembleia Geral Extraordinária, realizar-se no dia **30 de março de 2026** em primeira convocação às 18h, não sendo obtido o quórum, em última às 19h, para os trabalhadores exercentes de atividades nos municípios da base territorial de Veranópolis, Bento Gonçalves, Santa Tereza, Vila Flores, São Jorge, Protásio Alves, Guabiju, Fagundes Varela, Nova Prata e Cotiporã, tendo por local a Subsede do Sindicato, sito à rua General Flores da Cunha, 404, em Veranópolis. E no **dia 31 de março de 2026**, em primeira convocação às 17h, não sendo obtido quórum, em última às 18h, para os trabalhadores que exercem atividades no município de **Caxias do Sul**, São Marcos, Flores da Cunha**,** Nova Roma do Sul, Antônio Prado e Ipê, tendo por local a sede administrativa, sito a rua Pinheiro Machado, 1640 em **Caxias do Sul**, a fim de ser tratado e deliberado sobre a seguinte ordem do dia:1-Deliberar sobre a conveniência de ser instaurada revisão do Dissídio Coletivo, Convenção Coletiva e/ou Acordos Coletivos das condições estabelecidas em 2025. I - Em caso de aprovação, discussão e estabelecimento, mediante cláusulas a serem pleiteadas e para conciliação. II - No caso de não aprovação, discussão e estabelecimento de formas legais e políticas a serem dotadas. 2-Deliberar sobre a outorga de poderes, ao Presidente do Sindicato para adotar todos os atos pertinentes a Negociação Coletiva, e em caso de malogro das negociações o encaminhamento para a via judicial, podendo ou não optar por arbitro mediador das negociações. 3-Delibera sobre concessão de poderes ao Presidente do Sindicato afim de ajuizar ações coletivas e individuais na condição de substituto processual, conforme dispositivo legal. 4-Deliberar, sobre importância ou percentual a ser descontado de todos os trabalhadores e recolhido em favor da entidade, nos termos do art. 513, e da CLT, Súmula 86 do TRT4 e do Tema 935/STF, no caso de negociação exitosa. I -DIREITO DE OPOSIÇÃO: Deliberação no ato da assembleia, sobre o exercício do direito de oposição de todos os trabalhadores, definindo sua ocasião, forma e prazo, conforme o quanto decidido pelo Plenário do STF, julgamento do ARE-1018459/STF. 5-Deliberar, sobre a concessão de poderes ao Presidente do Sindicato para no curso das negociações receber contraproposta conciliatórias, aceitá-las, rejeitá-las constituir procuradores com poderes para adotar todas as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias e firmar acordo. 6-Deliberar, por manter a assembleia prorrogada, em aberto, em caráter permanente até decisão final, devendo sua reconvocação ser feita através de convocação por boletins volantes com ampla circulação na categoria. **Assembleia Geral Ordinária -** Pelo presente edital, convoco todos os trabalhadores associados ao Sindicato, para sessão de Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 31 de março de 2026, em primeira convocação às 19h em segunda convocação às 20h tendo por local a sede administrativa, sito a rua Pinheiro Machado, 1640 em Caxias do Sul, a fim de ser tratado e deliberado sobre a seguinte ordem do dia: 1-Leitura aprovação ou não do balanço financeiro e relatório administrativo do exercício de 2025 e parecer do Conselho Fiscal. 2-Leitura aprovação ou não da previsão orçamentária para o exercício de 2027. Caxias do Sul, 23 de março de 2026. **Jandir Zaccaria - Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ROMA DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026** Objeto: Contratação de serviço de atendimento médico de clínico geral, a ser prestado junto à Unidade Básica de Saúde. Abertura: 09/04/2026, 09h.

Editais e anexos: www.novaromadosul.rs.gov.br

ROBERTO PANAZZOLO - Prefeito Municipal

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
CNPJ N.º 87.762.563/0001-03 NIRE N.º 43300010007 COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas da **COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 24 de abril de 2026, às 15:00 horas, de forma presencial, na sede social da Companhia, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-900, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025;

b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2025 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;

c) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2026.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

a) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de reservas de lucros no montante de R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sem emissão de novas ações conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração de 18 de março de 2026;

b) Deliberar sobre a alteração do artigo 6º do estatuto social da Companhia para refletir a alteração do seu capital social, caso o item a seja aprovado; e;

c) Consolidar o estatuto social da Companhia, a fim de refletir a alteração propostas no item "b" acima, se aprovada.

Informamos, em atenção ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), que o Conselho Fiscal da Companhia poderá ser instalado caso acionistas representando, no mínimo, (i) 2,0% (dois por cento) das ações com direito a voto, ou (ii) 1% (um por cento) das ações sem direito a voto, requeiram a sua instalação, de acordo com o artigo 4° da Resolução CVM 70, de 22 de março de 2022.

Instruções Gerais:

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, a administração da Companhia informa que a AGOE será realizada de forma exclusivamente **presencial**, assegurando a eficiência na tomada de decisões e a interação direta e eficaz entre os acionistas e a administração da Companhia.

A participação do acionista poderá ser pessoal, ou por procurador/representante legal devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 23 de março de 2026 ("Proposta da Administração").

Participação Presencial

Caso o acionista opte por participar pessoalmente da AGOE o próprio acionista ou seu procurador/representante legal deverá comparecer à sede da Companhia munido dos documentos que comprovem a sua qualidade de acionista e os poderes de representação, conforme descrito na Proposta da Administração.

Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e da decisão do I. Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGOE: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A Companhia solicita que os acionistas que têm a intenção de participar na AGOE, por si ou por meio de procurador/representante legal devidamente constituído, enviem os documentos relativos à comprovação de sua condição de acionista para o e-mail descrito abaixo, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data designada para a AGOE.

Boletim de Voto

O boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") foi disponibilizado pela Companhia nos websites de relações com investidores (ri.habitasul.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). As orientações detalhadas para o envio do Boletim de Voto estão mencionadas na Proposta da Administração.

A Companhia esclarece que dispensará a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros para a Companhia.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.habitasul.com.br). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@habitasul.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303 3893 Ramal 4009/4010.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
Péricles Pereira Druck
Presidente do Conselho de Administração

PEROLI S/A PARTICIPAÇÕES

CNPJ 01.093.994/0001.09 - NIRE 43.300.034.381 - Companhia Fechada

Senhores Acionistas: A Administração de Peroli S/A Participações, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Porto Alegre, 20 de março de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	11	944
Dividendos a receber	2.222	4.394
Impostos a compensar	8	-
Total do ativo circulante	2.241	5.338
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Empresas ligadas (nota 5)	32.291	27.902
Total do realizável a longo prazo	32.291	27.902
Investimentos (nota 4.b)	112.692	118.633
Total do ativo não circulante	144.983	146.535
Total do ativo	147.224	151.873

PASSIVO	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		
Credores	-	606
Dividendos propostos/a pagar	2.326	3.981
Total do passivo circulante	2.326	4.587
NÃO CIRCULANTE		
Empresas ligadas (nota 5)	48.030	44.608
Total do passivo não circulante	48.030	44.608
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 6.a)	101.834	101.834
Reserva de capital	18	18
Reserva de reavaliação reflexa	322	322
Ajuste avaliação patrimonial controlada (nota 6.b)	(163.694)	(150.343)
Reserva de lucros (nota 6.c)	253.191	245.650
Ações em tesouraria	(94.803)	(94.803)
Total do patrimônio líquido	96.868	102.678
Total do passivo e do patrimônio líquido	147.224	151.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reserva de capital			Reserva de lucros				
	Capital social	Ações em tesouraria	Correção monetária do capital	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de Avaliação patrimonial reflexa	Reserva para investimentos e capital de giro	Reserva reflexa de subvenção para investimentos	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	101.834	(94.803)	18	322	(138.178)	146.361	72.561	12.483	-	100.598
Ajuste investimento a valor de mercado	-	-	-	-	(11.453)	-	-	-	-	(11.453)
Reservas reflexas e outros	-	-	-	-	(712)	-	-	-	3.065	2.353
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	14.662	14.662
Dividendos propostos (R$ 111,84 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.482)	(3.482)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	13.512	-	733	(14.245)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	101.834	(94.803)	18	322	(150.343)	159.873	72.561	13.216	-	102.678
Ajuste investimento a valor de mercado	-	-	-	-	(12.660)	-	-	-	-	(12.660)
Reservas reflexas e outros	-	-	-	-	(691)	-	-	-	1.762	1.071
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	7.579	7.579
Dividendos propostos (R$ 57,81 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.800)	(1.800)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	945	6.217	379	(7.541)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	101.834	(94.803)	18	322	(163.694)	160.818	78.778	13.595	-	96.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL		
Resultado da equivalência patrimonial	7.782	15.409
Despesas operacionais	(34)	(35)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO EFEITO FINANCEIRO	7.748	15.374
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(169)	(712)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.579	14.662
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.579	14.662
Resultado por lote de 1.000 ações - R$	243,39	470,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	7.579	14.662
Ajuste do fluxo operacional:		
Equivalência patrimonial	(7.782)	(15.409)
Variação dos ativos	11.498	9.402
Variação dos passivos	(8.746)	(5.390)
Recursos líquidos das atividades operacionais	2.549	3.265
Fluxo das atividades de financiamento:		
Pagamentos de dividendos	(3.482)	(2.325)
	(3.482)	(2.325)
Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa	(933)	940
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo no inicio do exercício	944	4
Saldo no final do exercício	11	944
	(933)	940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Peroli S.A é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

b) Ativos circulantes e não circulantes

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c) Investimentos

Investimentos em empresa controlada são avaliados a valor justo. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.

d) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. INVESTIMENTOS RELEVANTES

O Investimento, está avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras apuradas em 31 de dezembro de 2025.

a) Informação sobre controlada:

JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A Participações	Participação direta (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro
Em 2024	65,4903	120.000	601.120	23.540
Em 2025	65,5290	120.000	611.245	11.876

b) Movimentação do Investimento:

	Josapar S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2023	117.005
Compra de Ações	191
Ajuste a Valor de Mercado	(11.453)
Reserva reflexa e outros	1.875
Equivalência patrimonial de resultado	15.409
Dividendos a receber	(4.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	118.633
Compra de Ações	83
Ajuste a Valor de Mercado	(12.660)
Reserva reflexa e outros	1.072
Equivalência patrimonial de resultado	7.782
Dividendos a receber	(2.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	112.692

5. PARTES RELACIONADAS

Os valores no ativo não circulante e passivo não circulante referem-se a saldos com empresas ligadas.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R$101.834, é composto de 43.723.876 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo 31.137.462 ações em circulação, e 12.586.414 ações em tesouraria, todas sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a ajuste de avaliação patrimonial do investimento e de bens de controladas, líquidos dos tributos e realizações.

c) Reserva de lucros

- Reserva legal – É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- Reserva para investimentos e capital de giro – Constituída conforme o estatuto social da Companhia, depois de assegurada a distribuição dos dividendos obrigatórios, 25% do lucro ajustado conforme lei 6.404/76.
- Reserva reflexa de Subvenção para investimentos – Refere-se a incentivos governamentais caracterizados como subvenção para investimentos na Controlada Josapar- Joaquim Oliveira S/A Participações, registrada de forma reflexa.

d) Dividendos

Os dividendos são calculados conforme prevê o Estatuto Social, demonstrados como segue.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	7.579	14.662
Reserva legal	(379)	(733)
Base de cálculo dos dividendos	7.200	13.929
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.800	3.482
Dividendos propostos	1.800	3.482

DIRETORIA

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

Urbia Cânions Verdes S.A.

CNPJ 42.699.600/0001-30

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sªs.; o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2025, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 23/03/2026.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	107	228
Contas a receber de clientes	6	619	383
Impostos e contribuições a recuperar	7	376	403
Adiantamentos diversos	–	10	5
Estoques	–	6	2
Despesas antecipadas	–	110	126
Não circulante		**1.228**	**1.147**
Impostos e contribuições diferidos	16	21.089	16.755
Partes relacionadas	8	200	210
Despesas antecipadas	–	151	182
		21.440	**17.147**
Imobilizado	–	1.343	1.365
Intangível operacional	9	83.376	74.954
		84.719	**76.319**
		106.159	**93.466**
Total do ativo		**107.387**	**94.613**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	–	754	1.651
Empréstimos e financiamentos	10	80.068	52.384
Obrigações e encargos trabalhistas	–	835	699
Obrigações tributárias	–	460	473
Adiantamento de clientes	–	–	12
Outras obrigações a pagar	–	154	94
		82.271	**55.313**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	48.695	55.210
Partes relacionadas	8	5.163	6.893
Provisões para contingências	–	22	22
		53.880	**62.125**
Total do passivo		**136.151**	**117.438**
Capital social	11	12.275	9.795
Prejuízos acumulados	–	(41.039)	(32.620)
Total do patrimônio líquido		**(28.764)**	**(22.825)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**107.387**	**94.613**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	12	**7.565**	**6.600**
Custos dos serviços prestados	13	(6.869)	(6.895)
Lucro (prejuízo) bruto		**696**	**(295)**
Despesas comerciais, gerais e administrativas	14	(8.225)	(11.042)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	(1)	55
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(7.530)**	**(11.282)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	36	82
Despesas financeiras	15	(5.259)	(4.179)
		(5.223)	**(4.097)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(12.753)**	**(15.379)**
Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre lucro líquido (diferidos)	16	4.334	5.218
Prejuízo do exercício		**(8.419)**	**(10.161)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	**(8.419)**	**(10.161)**
Total do resultado abrangente do exercício	**(8.419)**	**(10.161)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.795	(22.459)	**(12.664)**
Prejuízo do exercício	–	(10.161)	**(10.161)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**9.795**	**(32.620)**	**(22.825)**
Integralização de capital	2.480	–	**2.480**
Prejuízo do exercício	**–**	**(8.419)**	**(8.419)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**12.275**	**(41.039)**	**(28.764)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(12.753)**	**(15.379)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Apropriação de encargos sobre mútuo	750	545
Apropriação de encargos sobre empréstimos	3.488	2.365
Provisões para contingências	–	22
Amortização do intangível	2.348	2.023
Depreciação	208	188
	(5.959)	**(10.236)**
Variações nas contas patrimoniais		
Contas a receber de clientes	(236)	129
Impostos e contribuições a recuperar	27	(166)
Adiantamento diversos	(5)	36
Estoques	(4)	7
Despesas antecipadas	47	(21)
Fornecedores	(897)	284
Obrigações e encargos trabalhistas	136	(996)
Obrigações tributárias	(13)	(67)
Adiantamento de clientes	(12)	12
Outras obrigações a pagar	60	1
	(897)	**(781)**
Juros pagos	(12.512)	(5.769)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**(19.368)**	**(16.786)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Custo de ativação do intangível	(1.199)	(3.393)
Aquisições do Imobilizado	(186)	(412)
Caixa líquido gerado das atividades de investimentos	**(1.385)**	**(3.805)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	26.450	52.540
Amortização de empréstimos e financiamentos	(5.828)	(34.335)
Contas correntes com partes relacionadas	(2.470)	2.513
Integralização de Capital	2.480	–
Caixa líquido gerado atividades de financiamentos	**20.632**	**20.718**
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**(121)**	**127**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	228	101
No final do exercício	107	228
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**(121)**	**127**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: Em 19 de maio de 2021, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. ("Construcap") sagrou-se vencedora da Concorrência n° 1/2020, licitação realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, para a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de concessão destinada à realização dos serviços de apoio à visitação, turismo ecológico, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral ("Parques"). Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósito específico ("SPE") que seria a subscritora do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Cânions Verdes S.A. ("Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão nº 01/2021 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1.853, sala 02, Centro - Cambará do Sul - RS. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 13 de julho de 2021, sob o CNPJ 42.699.600/0001-30, e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de parques nacionais sob o regime de concessão, mais especificamente aqueles relacionados aos serviços de apoio à visitação, turismo ecológico, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral ("Parques"). O capital social da Sociedade foi subscrito no valor de R$ 9.795. Houve o pagamento da Outorga Fixa ("Outorga Fixa"), no valor de R$ 20.500 mil, devida ao ICMBio em contrapartida à delegação da exploração dos serviços integrantes da concessão antes da assinatura do Contrato de Concessão. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 12 de agosto de 2021 foi assinado o Contrato de Concessão, entre o ICMBio ("Poder Concedente") e a Urbia Cânions Verdes S.A., no valor de R$ 29.867 mil, que corresponde à projeção do somatório dos investimentos obrigatórios previstos ao longo da Concessão, somado à projeção das outorgas fixa e variável devidas ao longo de toda a Concessão, conforme projetado nos documentos referenciais da Licitação e conforme Anexo I do Contrato de Concessão, com vigência total de 30 anos, sendo que durante os quatro primeiros anos deverão ser realizados os principais investimentos da Concessão. O extrato do Contrato de Concessão foi publicado no Diário Oficial da União nº 155, em 17 de agosto de 2021. Referente ao setor de atuação da Sociedade, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000, em seu artigo 11, "os Parques Nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico". Além disso, os Parques são porções do território nacional que, em virtude de seus elevados atributos naturais ou histórico-culturais, estão sob cuidado do Governo Federal, garantido, assim, seu caráter perene para o bem-estar da humanidade, a conservação da biodiversidade e o provimento de serviços ambientais, com destaque ainda à visitação pública com fins recreativos e educacionais, regulamentada pelo Plano de Manejo da Unidade. A operação, direitos e deveres da Concessionária restringem-se às áreas de uso público dos Parques, nas quais há fluxo de visitação, atividades comerciais e operacionais. Neste sentido, a Sociedade desempenha o serviço público de orientação à visitação e oferecimento de variados serviços e facilidades aos visitantes, como bilheteria, controle de estacionamento, transporte interno, banheiros, áreas de hospedagem, serviços de alimentação e bebidas entre outros. Além disso, as atividades operacionais da Sociedade focam-se nos serviços de gestão, administração, operação, manutenção e serviços de engenharia dos parques, seguindo o objeto do próprio Contrato de Concessão, acima destacado. Para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão, principalmente aqueles relativos aos investimentos, obras e intervenções a serem realizados e aos custos absorvidos dentro das áreas de uso público, a Concessionária detém determinados direitos emergentes do Contrato, que se traduzem na arrecadação de receitas nos Parques. Incluem-se nestas a cobrança de ingresso, e receitas acessórias, dentre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostos neste. Na data-base das demonstrações contábeis, a Sociedade apresenta Capital Circulante Líquido negativo, decorrente principalmente da estrutura de financiamento das operações e da natureza das obrigações assumidas no curso normal dos negócios. A Administração esclarece que o Capital Circulante Líquido negativo não representa risco à continuidade operacional da Companhia, tendo em vista que suas operações estão inseridas no contexto de contrato de concessão de longo prazo, no qual a geração de caixa ocorre de forma recorrente ao longo do período de vigência da concessão. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apesentadas em reais (R$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa n° 3. As demonstrações contábeis apresentadas foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2026. **2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: • Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é; • Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra; • Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra; • Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível; • Exemplos ilustrativos; e • Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada. A Sociedade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Sociedade, por três razões principais: • a Sociedade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; • a Sociedade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e • Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma. Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Sociedade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos. **b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima.** Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil. A Sociedade não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados à sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis. **c) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO):** Por meio da Resolução CVM nº 223/24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Entidades abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO). A Sociedade precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários. A Sociedade avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **2.3. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Sociedade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. As estimativas de perdas avaliadas como "prováveis", estão reconhecidas no montante de R$ 22 e refere-se a ações trabalhistas. Os passivos avaliados como perdas "possíveis" estão divulgados na nota explicativa 17 e os avaliados como perdas "remotas" não são provisionados e nem divulgados. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for aplicável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento das Outorgas Fixa e Variável. Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e é amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional de cada parque. Até o atual período, os itens ativados no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre empréstimos bancários, alguns investimentos realizados na infraestrutura e gastos em desenvolvimento e prestação de serviços. **d. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base de método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. **e. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere à Concessionária o direito de propriedade da infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem, portanto, direitos para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço público durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga é realizada com base no período contratual de 30 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada em cada parque. Está previsto também no Contrato o pagamento da outorga variável que corresponderá a um percentual de 1,6% sobre a Receita Operacional Bruta, a ser recolhido mensalmente a partir do 49º mês de vigência do Contrato de Concessão, até o 10º dia útil do mês subsequente. O percentual da outorga variável pode ser acrescido de até 1,0% nos termos do Capítulo V na Cláusula 18ª do Contrato de Concessão, sistema de mensuração de desempenho. **f. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para ajuste do valor contábil líquido frente ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente (*carrying amount*). Não foram apurados redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*) para o presente exercício. **g. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **h. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **i. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. Todos os aportes de capital obrigatórios segundo o Contrato de Concessão já foram executados conforme prazos e condições ali dispostos. **j. Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **k. Receita operacional:** As receitas da Sociedade serão registradas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronun-

continua →★

→★ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Urbia Cânions Verdes S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

ciamento técnico CPC 47 - Contratos com clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: **1)** Identificação do contrato; **2)** Identificação das obrigações de desempenho; **3)** Determinação do preço da transação; **4)** Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; **5)** Reconhecimento da receita. Essas operações estão relacionadas a venda de ingressos, cessão de espaço para estacionamento, venda de alimentos e bebidas, publicidade, dentre outras, caracterizadas, para todos os fins, como "Receitas dos Parques". **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) las 7 - Demonstrações dos fluxos de caixa. **m. Contas a receber de clientes:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados e quando se torna parte das disposições contratuais. Exemplo o contrato de patrocinadores, segregando as parcelas de curto e longo prazo. **n. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente, diferido fiscal e diferido contábil. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade na apuração de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **o. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (nota 10). **p. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro é: **Perda da redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de seu valor recuperável será constituída uma provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Fato que não ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Amortização do intangível:** A Sociedade possui ativos intangíveis operacionais que são demonstrados ao custo da aquisição, deduzidos da amortização calculada de acordo com a curva de demanda de cada Parque pelo período da concessão de 30 anos. **q. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Administrativa e Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **r. Gestão de capital:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **s. Impactos da reforma tributária: Reforma tributária do consumo (LC n° 214/2025):** A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). Principais substitutos e mudanças: • CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; • IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; • Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e • Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC n° 224/2025):** A Lei Complementar n° 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos: • Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; • Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; • Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e • Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (Bets). **Avaliação de impacto:** A Sociedade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas. A Sociedade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Sociedade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e tem ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação. A Sociedade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. **4. Gestão de risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Sociedade não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. **b. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude de a Sociedade não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Sociedade não possui contratos de construção ou operação indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** A Sociedade está exposta à taxa de juros e relativo aos empréstimos conforme demonstrado na nota 10. **c. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Administrativa e Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **d. Gestão de capital:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	107	228
	107	228

6. Contas a receber de cliente:

	31/12/2025	31/12/2024
Tiqueteira	377	289
Outros	242	94
	619	383

Os clientes são na sua totalidade em função da venda de ingressos, aluguel de equipamentos e cessão de espaço nas dependências do Parque.

7. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS a compensar	169	151
Impostos de renda sobre a fonte	72	65
INSS a recuperar	54	47
PIS a compensar	32	28
ISS a recuperar	23	6
ICMS a recuperar	19	–
Saldo negativo de CSLL	6	6
CSRF a recuperar	1	20
Saldo negativo de IRPJ	–	80
	376	403

8. Transações com partes relacionadas: No ativo não circulante:

		31/12/2025	31/12/2024
Natureza da operação:	**Parte relacionada:**		
Conta corrente	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	200	210
		200	210

No intangível

		31/12/2025	31/12/2024
Natureza da operação:	**Parte relacionada:**		
Prestação de serviço	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	15.659	15.464
		15.659	15.464

No passivo circulante:

		31/12/2025	31/12/2024
Natureza da operação:	**Parte relacionada:**		
Fornecedores	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	26	20
		26	20

No passivo não circulante:

		31/12/2025	31/12/2024
Natureza da operação:	**Parte relacionada:**		
Empréstimo	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	5.163	6.893
		5.163	6.893

Na demonstração do resultado:

		31/12/2025	31/12/2024
Natureza da operação:	**Despesa financeira**		
Empréstimo	Juros sobre empréstimo	(750)	(545)
		(750)	(545)

9. Intangível operacional: As premissas adotadas para apropriação do Ativo Intangível e concessão estão elaboradas de acordo com adoção do Pronunciamento técnico CPC 04 (R1), itens 97 e 98: • Foi desenvolvido uma projeção do benefício econômico de cada parque, de acordo com a quantidade de usuários que visitam os parques; • O ativo intangível da concessão é amortizado de forma proporcional ao benefício econômico projetado, a partir da Data de Eficácia do Contrato de Concessão ou após o período de formação e recebimento deste pelo Poder Concedente, portanto quando iniciado plenamente o seu uso; • Os juros capitalizados referem-se aos juros sobre empréstimos com terceiros, conforme nota 10. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao capital de terceiros aplicado como forma de investimentos. A partir do momento em que esses investimentos são concluídos, nos termos do Contrato de Concessão, gerando potenciais benefícios econômicos à Sociedade, a parcela de sua demanda passa a ser considerada na proporção do cálculo dos juros contabilizados como despesa financeira; • Os juros sobre resultado financeiro capitalizados são oriundos da disponibilidade em caixa gerada pelo empréstimo bancário para financiamento até o início da atividade geradora de caixa; • Investimentos pertinentes às melhorias previstas no objeto da Concessão, estudos, projetos e planos estratégicos, de maneira geral que contribuirão para a determinação futura do intangível, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária e atendimento aos encargos contratuais relativos a obras e projetos; • Taxa média de amortização utilizada no semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e prevista para os próximos 04 (quatro) anos proporcionalmente à expectativa de demanda operacional:

Ano	2025	2026	2027	2028	2029
Taxa progressiva	3,06%	3,20%	3,36%	3,52%	3,67%

a) Composição:

	Custo	Amortização	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Direito de outorga da concessão	20.500	(2.294)	18.206	18.779
Projetos	16.372	(1.582)	14.790	15.222
Melhorias de infraestrutura	6.742	(498)	6.244	6.231
Material	2.286	(191)	2.095	2.137
Desenvolvimento	14.418	(1.032)	13.386	12.775
Capitalização de encargos sobre empréstimos	29.558	(1.298)	28.260	19.320
Capitalização de IOF sobre empréstimos	593	(62)	531	547
Capitalização de juros sobre receita financeira	(364)	38	(326)	(335)
Softwares	438	(248)	190	278
	90.543	(7.167)	83.376	74.954

b) Movimentação:

	31/12/2024	Adições	Amortização	31/12/2025
Direito de outorga da concessão	18.779	–	(574)	18.205
Projetos	15.222	–	(432)	14.790
Melhorias de infraestrutura	6.231	195	(181)	6.245
Material	2.137	19	(62)	2.094
Desenvolvimento	12.775	986	(374)	13.387
Capitalização de encargos sobre empréstimos	19.320	9.572	(633)	28.259
Capitalização de IOF sobre empréstimos	547	–	(16)	531
Capitalização de juros sobre receita financeira	(335)	–	10	(325)
Softwares	278	–	(88)	190
	74.954	10.772	(2.350)	83.376

10. Empréstimos e financiamentos:

Instituição Financeira	Modalidade	Encargos	31/12/2025	31/12/2024
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (a)	Fundo Clima e FINEM*	4,57% a.a. e TLP** + 5,93% a.a.	55.595	60.453
Banco Bocom BBM S.A. (b)	Célula de crédito	CDI*** + 1,7000% a.a.	36.731	36.292
Banco Abc Brasil S.A. (c)	Conta Garantida	CDI*** + 2,7005% a.a.	20.267	10.849
Banco Bradesco S.A. (d)	Conta Garantida	CDI***+ 4,8845% a.a.	16.170	–
			128.763	107.594
Circulante			80.068	52.384
Não circulante			48.695	55.210

(*) FINEM - Crédito para a produção de bens de capital sob encomenda; **(**)** TLP - Taxa de longo prazo; **(***)** CDI - Certificado de Depósito Interbancário. **(a)** Em janeiro de 2023, a Urbia Cânions Verdes S.A. assinou, junto ao BNDES, o contrato de financiamento que disponibiliza crédito com a finalidade de apoiar os investimentos destinados a revitalização, modernização e manutenção de áreas dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e de Serra Geral, no âmbito do Contrato de Concessão ICMBio n° 01/2021, celebrado entre ICMBio e Urbia Cânions Verdes S.A. em 12/08/2021 ("CONTRATO DE CONCESSÃO" e "PROJETO", respectivamente). O montante será desembolsado de maneira parcelada, conforme as condições de liberação previstas, e está dividido em dois subcréditos, sendo R$ 43.800 provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e R$ 53.028 oriundos do FINEM. Esta operação não só qualifica a estrutura de capital da Sociedade, como reforça seu compromisso socioambiental. Em maio e dezembro de 2023, os valores de R$ 40.407 e R$ 13.692 foram, respectivamente, creditados à Sociedade, conforme a linha de crédito com o BNDES utilizados para fazer frente aos investimentos previstos no projeto. **(b)** Em junho e setembro de 2024, os valores de R$ 15.000 e R$ 20.000 foram, respectivamente, creditados à Sociedade Cédulas de Crédito com o Banco BBM S.A.; **(c)** Tendo em vista a anuência do BNDES para financiamento adicional, conforme formalizado (*waiver*), houve a tomada de R$ 10.000 adicionais durante o exercício de 2023, com o Banco ABC Brasil S.A. Para o exercício de 2024, foi dada a anuência do BNDES renovando o endividamento adicional de R$ 10.000 com incremento de R$ 35.000, que permaneceu válido para o exercício de 2025; **(d)** Saldo devedor do empréstimo de capital de giro captado junto ao Banco Bradesco S.A. no 3º trimestre 2025. As parcelas do não circulante são demonstradas a seguir por ano de vencimento:

Ano de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
2026	–	6.385
2027	7.266	7.026
2028	7.920	7.750
2029	8.646	8.572
2030	9.453	9.506
Demais anos	15.410	15.971
	48.695	55.210

Garantia da operação: Relativamente às garantias prestadas no contrato de financiamento junto ao BNDES, trata-se de fiança fidejussória da acionista da Sociedade, segundo a Cláusula 15ª, constituição de fiança bancária, em substituição à composição de Conta Reserva, conforme parágrafo 7º da Cláusula 7ª do Contrato de Financiamento, e cessão fiduciária dos recebíveis da Concessão, nos termos da Cláusula sétima. Relativamente às demais dívidas de curto prazo trata-se de operações que contam apenas com fiança fidejussória da acionista e de seus acionistas. **Cláusulas restritivas contratuais:** Os *covenants* financeiros da Sociedade estão vinculados ao contrato de empréstimo com BNDES, que estabelece os seguintes requisitos: Para pagamento aos acionistas a título de dividendos e juros sobre capital próprio em cada exercício social deverá observar os seguintes indicadores**: i.** Quando o ICSD for igual ou superior a 1,50, a cliente poderá distribuir recursos, independentes de anuência prévia do BNDES; **ii.** Quando o ICSD for inferior a 1,50 e igual ou superior a 1,3, a cliente poderá distribuir 25% do resultado, independentes de anuência prévia do BNDES; **iii.** Quando o ICSD for inferior a 1,30 fica vedada a distribuição de resultado pela cliente, sem previa anuência prévia do BNDES; **iv.** Em qualquer das hipóteses anteriores, deverá ser realizada a comunicação prévia ao BNDES do valor a ser distribuído, com a comprovação do atendimento dos requisitos mencionados nas alíneas anteriores. O cálculo é apresentado ao final de cada exercício anual, mediante as demonstrações contábeis auditadas. Apesar da demonstração do *covenant* acima, deve-se esclarecer que a Sociedade ainda está dentro do período de *Completion* Físico e Financeiro, não havendo quaisquer penalidades para o não atingimento dos valores acima referidos, uma vez que não há qualquer pagamento de dividendos ou Juros Sobre o Capital Próprio no exercício:

ICSD= GOC/SD

GOC= EBITDA ajustado (–) Impostos sobre o lucro
(a) (b)

(a) **EBITDA ajustado =** Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos (+) depreciação e amortização.
(b) **Impostos sobre o lucro** = Total do IRPJ e CSLL corrente.
(c) **Serviço da dívida (SD)** = Apropriação dos juros dos empréstimos e IOF.

Cálculo:	31/12/2025	31/12/2024
EBITDA ajustado	(4.974)	(9.071)
Impostos sobre o lucro	–	–
GOC =	(4.974)	(9.071)
Serviço da dívida (SD) =	14.400	13.484
ISCD =	(0,35)	(0,67)

a) Sem prévia autorização do BNDES, a Sociedade não deverá obter preferência a outros créditos, não fazer a amortizações de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias e nem assumir novas dívidas, ressalvado: **i.** O montante envolvido nessas operações, consideradas, em conjunto, que não exceda a qualquer tempo, 10% da Receita Operacional Líquida apurada no exercício financeiro anterior, com base nas demonstrações contábeis auditadas; e **ii.** Anuências específicas para endividamentos adicionais dadas pelo BNDES, conforme observância das demonstrações contábeis anuais auditadas. Em outubro de 2024, a Sociedade assinou junto ao BNDES o 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento para suspensão temporária de pagamentos e prorrogação do Termo Final de Amortização, tendo em vista que desde o final do mês de abril de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul se encontra em situação de calamidade pública por conta do desastre natural extraordinário que atingiu a região. O Aditivo suspende por 12 meses, de 14 de maio de 2024 a 14 de maio de 2025, o pagamento de juros e amortização do subcrédito 2 sem alteração da taxa de juros e com modificação da amortização que teve prazo total prorrogado em 12 meses. **11. Patrimônio líquido: 11.1. Capital social:** O capital social está representado por 12.274.941 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados na sua totalidade. Em 25 de abril de 2025 através de "AGE" Ata Geral Extraordinária a Sociedade aumentou o capital em R$ 2.480.000,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta mil reais) com a conversão de AFAC, passando o de R$ 9.794.941,00 (nove milhões, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais) para R$ 12.274.941,00 (doze milhões, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais. **11.2. Reserva de lucros: Reserva legal:** Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. A Sociedade não constituiu reserva legal em função do resultado. **11.3. Dividendos:** A Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de títulos de participação de lucros com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, sempre que permitido for levantar balanços extraordinários para os fins retro mencionado. Ressalta-se que em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado. Conforme o Contrato de Financiamento com o BNDES, o pagamento de dividendos pela Sociedade só poderá ocorrer quando: (i) Quando o ICSD for igual ou superior a 1,50. (ii) Quando o ICSD for inferior a 1,50 e igual ou superior a 1,3. (iii) Quando o ICSD for inferior a 1,30 fica vedada a distribuição de resultados. (iv) Em qualquer das hipóteses anteriores, deverá ser realizada a comunicação prévia ao BNDES do valor a ser distribuído, com a comprovação do atendimento dos requisitos mencionados nas alíneas anteriores. Até o momento, não foram registradas distribuições de dividendos.

12. Receita líquida operacional:

	31/12/2025	31/12/2024
Bilheteria	5.976	5.134
Venda de mercadoria	568	537
Estacionamento	553	437
Patrocínio	487	321
Cessão de Uso - Alimentação e bebida	422	83
Mobilidade	227	173
Eventos e atrativos	1	585
Vendas canceladas	(105)	(176)
Receita operacional bruta	8.129	7.094
Tributos sobre vendas	(564)	(494)
Receita operacional líquida	7.565	6.600

13. Custos dos serviços prestados e mercadoria vendida:

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(2.392)	(2.953)
Amortização	(2.261)	(1.935)
Serviços prestados	(892)	(744)
Aluguéis	(379)	(71)
Materiais	(374)	(524)
Manutenção	(281)	(265)
Seguros	(44)	(42)
	(6.623)	(6.535)
Custos da mercadoria vendida	(246)	(360)
	(6.869)	(6.895)

14. Despesas comerciais, gerais e administrativas:

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(3.324)	(4.035)
Serviços prestados	(3.077)	(3.089)
Aluguéis	(963)	(1.888)
Depreciação	(208)	(61)
Materiais	(180)	(170)
Impostos e taxas	(169)	(914)
Amortização	(87)	(88)
Seguros	(59)	(78)
Despesas não dedutíveis	–	(7)
Outras despesas	(158)	(712)
	(8.225)	(11.042)

15. Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras:

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas financeiras	38	72
Juros sobre aplicação financeira	–	15
Impostos sobre receitas financeiras	(2)	(5)
	36	82

continua→★

★ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Urbia Cânions Verdes S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Despesas financeiras:

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sobre empréstimos	(13.060)	(12.646)
Encargos sobre mútuos	(750)	(545)
Outras despesas financeiras	(429)	(964)
IOF s/operações financeiras	(589)	(293)
Juros de mora	(3)	(12)
(–) Capitalização de encargos sobre empréstimos	9.572	10.281
	(5.259)	**(4.179)**

16. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido:

Prejuízo fiscal:

Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal exercício anterior	(49.279)	(33.930)
Movimentação da base do diferido, líquidos	(12.748)	(15.349)
Base ajustada	**(62.027)**	**(49.279)**
No Ativo não circulante:		
IRPJ	15.507	12.320
CSLL	5.582	4.435
	21.089	**16.755**
Na demonstração de resultados		
IRPJ	3.187	3.837
CSLL	1.147	1.381
	4.334	**5.219**

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **17. Contingências:** A Sociedade é parte em ações e processos administrativos perante a vários tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo aspectos essencialmente cíveis e trabalhistas. Existem processos judiciais de natureza cíveis e trabalhistas em que as probabilidades de perdas são consideradas "possíveis" pelos assessores legais e, portanto, não foram registradas nas demonstrações contábeis da Sociedade em 2025, no montante de R$82:

	31/12/2025	31/12/2024
Cível	15	–
Trabalhista	67	–
	82	**–**

18. Seguros: As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza e sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

A cobertura de seguros são as seguintes:

Companhia	Modalidade	Vencimento das apólices	Montante da cobertura em (Milhares de R$)
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	02/08/2026	1.874.674
Sompo Seguros	Responsabilidade Civil Geral	19/12/2026	3.000.000
Tokio Marine	Compreensivo Empresarial	19/05/2027	9.665.254
Itaú Unibanco S.A.	Fiança Bancária	26/04/2027	11.100.000
Chubb Seguros	Responsabilidade Civil Diretores (D&O)	19/12/2026	23.000.000
			48.639.928

19. Obrigações e compromissos com o Poder Concedente: A Sociedade terá como principais obrigações dispor de equipamentos, materiais, contratação de terceiros e equipe adequada para consecução de todas as obrigações estabelecidas no Contrato, mantendo durante todo o Contrato condições necessárias para execução do Objeto, bem como assumir integralmente a responsabilidade pela execução e eficiência dos serviços obrigatórios. A Sociedade deve realizar investimentos obrigatórios prevendo a melhoria das áreas e infraestrutura de uso público e o oferecimento de novos serviços aos visitantes, conforme cronograma e especificações contidas no Anexo I - Projeto Básico ao Edital. De modo a viabilizar as intervenções e cumprimento de encargos do Anexo I, acima relacionados, e investimentos eletivos pela Concessionária, o Poder Concedente deve dar a anuência ao Plano de Intervenções da Concessionária, que foi feito em abril de 2022. Ato contínuo, deve o Poder Concedente proceder aos ajustes necessários no Plano de Manejo das Unidades de Conservação, além de disponibilizar as áreas e dar condições fundiárias para que a Concessionária execute o Plano de Intervenções, cumprindo os encargos pertinentes e podendo desenvolver atividades e serviços voltados ao uso público das Unidades. Portanto, o cumprimento de tais encargos depende do cumprimento de tais requisitos contratuais por parte do Poder Concedente. A Sociedade deverá cumprir com todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, dentre outras. A Sociedade deverá apresentar, até o quinto dia útil de cada mês, relatórios gerenciais contendo informações relacionadas ao fluxo de visitantes, contendo no mínimo os números de visitantes, de isenções e cortesias, horários e dias de pico; e ao valor arrecadado com a cobrança de ingresso e outras receitas dos Parques. Ademais, deverá apresentar ao Poder Concedente, em até 30 (trinta) dias, contados a partir do fim do trimestre, suas demonstrações contábeis trimestrais completas e apresentar anualmente e em até 120 (cento e vinte) dias, contados do encerramento do exercício, relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, dentre outros itens, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes, além de relatório anual de conformidade, contendo a descrição das atividades realizadas e outros dados relevantes. **20. Eventos subsequentes:** O ICMBio apresentou Réplica no dia 12 de janeiro de 2026. O prazo para a Urbia apresentar sua Tréplica se encerrará no dia 13 de março de 2026. Desde em 07 de outubro de 2024, a exigibilidade dos investimentos obrigatórios previstos do Contrato de Concessão permanece suspensa, conforme decisão da Árbitra de Emergência, até o julgamento pelo Tribunal Arbitral ou até que ocorra a liberação fundiária das áreas e a atualização do Plano de Manejo dos Parques. Em 31 de dezembro de 2025 foi retomada a operação da Tirolesa do Fortaleza, considerada a Tirolesa Mais Alta das Américas, localizada no Núcleo Fortaleza, dentro do Parque Nacional da Serra Geral. Atualmente o atrativo está sendo operado por um cessionário especializado mediante um contrato de 12 meses estabelecido com a Urbia.

Diretoria

Victor Serrano Pereira

Diretor Administrativo Financeiro

Responsável técnico pelas informações contábeis

Ana Cristina Rodrigues - Contadora - CRC 1SP 141776/O-2

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Urbia Cânions Verdes S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis**: Examinamos as demonstrações contábeis da **Urbia Cânions Verdes S.A. ("Sociedade")** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Diego Cavalcante Bastos
Contador CRC 1 SP 292913/O-9

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER UM ORÇAMENTO E CONHECER MELHOR NOSSO PRODUTO.

WHATSAPP: (51) 3213-1342
E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

LEIA O QRCODE